



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Administração Pública

DOCENTE: Salvador Jeremias, MA

LICENCIANDA: Sheila José Da Costa

**Participação dos Municípios no Processo de Tomada de Decisão sobre o Orçamento**

**Participativo: o caso do Distrito Municipal KaMavota (2015-2016)**

MAPUTO

2022

SHEILA JOSÉ DA COSTA-LICENCIANDA

Participação dos Municípios no Processo de Tomada de decisão sobre Orçamento Participativo: o caso do Distrito Municipal KaMavota (2015-2016)

Monografia Científica apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau académico de Licenciatura Administração Pública.

**Supervisor:** Salvador Jeremias, MA

MAPUTO

2022

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**SHEILA JOSÉ DA COSTA-LICENCIANDA**

*Participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o Orçamento Participativo: o caso do Distrito Municipal KaMavota (2015-2016)*

Monografia Científica apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau académico de Licenciatura Administração Pública.

### **Mesa de Júri**

O Presidente

---

O Supervisor

---

O Oponente

---

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	vi
DEDICATÓRIA .....	vii
EPÍGRAFE.....	viii
AGRADECIMENTOS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	x
LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS .....	xi
RESUMO .....	xii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO .....	13
1.1. Delimitação .....	14
1.2. Contextualização .....	15
1.2.1. Evolução histórica do processo da participação das comunidades locais em Moçambique .....	15
1.2.2. Sob ponto de vista político: emergência do sistema democrático em Moçambique .....	17
1.2.3. Quadro legal para a participação das comunidades locais nos processos governativos em Moçambique.....	18
1.3. Problema .....	20
1.4. Hipótese.....	22
1.5. Justificativa .....	22
1.6. Objectivos .....	23
1.6.1. Geral.....	23
1.6.2. Específicos .....	23
CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	24

2.1. Revisão da Literatura sobre Participação .....	24
2.1.1. Participação dos Municípios.....	24
2.1.2. Teorias sobre a participação .....	27
2.1.3. Modelos Sobre Escala de Medição da participação .....	33
2.1.4. Tipos de Envolvimento Directo dos Cidadãos .....	36
2.1.5. Princípios de Participação Política em Moçambique .....	37
2.1.6. Processo de Tomada de Decisão .....	38
2.1.7. As Cinco Etapas do Processo de Tomada de Decisão.....	40
2.1.8. Orçamento Participativo.....	41
2.1.9. OP em Moçambique.....	43
2.2. Ciclo do Orçamento Participativo .....	45
2.2.1. Actores Envolvidos e Coordenação Institucional na Implementação OP de Maputo .....	46
2.2.2. A Representatividade dos Diferentes Grupos Sociais Diante do OP .....	46
2.2.3. Teoria de Base.....	48
CAPITULO III: METODOLOGIA .....	49
3.1. Caracterização da Pesquisa .....	49
3.1.1. Método de Pesquisa.....	50
3.1.2. Técnicas de Recolha de Dados.....	50
3.1.3. Delimitação do Universo da População .....	51
3.1.4. Tipo de Amostragem.....	51
3.1.5. Operacionalização das Variáveis .....	52
3.2. Limitação do Estudo.....	52

CAPÍTULO IV: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	54
4.1. Caracterização do Distrito Municipal KaMavota.....	54
4.1.1. População .....	54
4.1.2. Limites do Distrito Municipal KaMavota .....	54
4.1.3. Estrutura Organizacional do Distrito Municipal KaMavota .....	56
4.2. Nível de participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre OP (2015-2016).....	57
4.2.1 Processo de Orçamentação Participativa no DMKM nos anos 2015-2016.....	58
4.2.2 Mecanismos de Participação do OP no DMKM .....	61
4.1.3. Constrangimento e Percepção Sobre do OP no Âmbito da Implementação das Políticas Públicas	66
5. CONCLUSÃO .....	68
6. RECOMENDAÇÕES .....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	71
APÊNDICES .....	77
ANEXOS .....	84

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, nesta ou em qualquer outra instituição de ensino superior para a obtenção de qualquer grau académico e que o mesmo constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas, as respectivas fontes consultadas.

A Candidata

---

Sheila José Da Costa

MAPUTO

2022

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais; José Maria Da Costa (*em memória*) e  
Albertina Joaquim Chembene, pelo amor e educação.

## **EPIGRAFE**

“Apenas quando todos os cidadãos participarem das decisões acerca do destino comum e assumirem as responsabilidades decorrentes da sua decisão é que a liberdade política (que se manifesta como soberania do povo) poderá coexistir ao estado social igualitário”

(REIS, 1999, p.87)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus pelo dom da vida, amor, força e coragem que me concedeu ao longo de todo percurso de vida.

Em segundo lugar, a toda minha família, designadamente: aos meus pais: José Maria da Costa (*in memory*) e a Albertina Joaquim Chembene, pelo amor, educação, confiança e apoio incondicionais demonstrados durante todo meu percurso académico; aos meus queridos irmãos: Costa, Rabeca, Elísio, e Ivan por todo apoio, carinho e respeito; aos meus sobrinhos: Wallace e Enzo pelo apoio incondicional dado; ao meu amado Tio Jerónimo Cussaia que sempre me incentivou, durante os longos anos da minha formação. Os mesmos são extensivos aos meus avós paternos e maternos.

Ao meu Supervisor Salvador Jeremias, MA, pelo acompanhamento, rigor, disciplina, paciência, e pelas inúmeras correcções que fez durante toda trajectória da elaboração deste trabalho, o meu profundo agradecimento.

A todo corpo de docentes da UEM, em particular, aos docentes do Departamento de Ciência Política e Administração Pública, pelos ensinamentos transmitidos durante o percurso académico. Obrigado!

Aos Funcionários do Conselho Municipal do Distrito Municipal KaMavota, com principal enfoque aos colaboradores do Departamento de Programação e Orçamento; ao Secretário do Bairro e aos moradores do DMKM que prestaram informações úteis para a redacção do presente texto. Obrigado!

Ao Instituto de Bolsa de Estudo(IBE) por ter financiado meus estudos, durante o período de Licenciatura.

Ao meu amado, amigo e companheiro de todas horas e porque nalgum momento me fiz ausente por conta da materialização desta monografia, meu muito obrigado.

Ao Edgar Sabonete, meu grande amigo, agradeço pelas incansáveis contribuições para materialização deste trabalho. E, à minha amiga Tatiana Gentil Ferreira, muito obrigada pelo carinho e apoio transmitido durante todo percurso académico.

Agradeço aos meus colegas de “trincheira”: Ernesto Langa, Francisco Cinquenta, Hamade Viegas, Euclides Nhamtumbo, Xavier Eusébio, Marcela Cossa, Levino Nhabanga, Suzana Xavier e Sónia Sacataria pelo apoio prestado durante a formação.

A terminar, agradeço a todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para a materialização deste trabalho, principalmente na facultaçao de toda informação para elaboração do texto.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CEURBE</b> .....	Centro de Estudos Urbanos de Maputo
<b>CMCM</b> .....	Conselho Municipal da Cidade de Maputo
<b>CRM</b> .....	Constituição da República de Moçambique
<b>DMKM</b> .....	Distrito Municipal KaMavota
<b>FRELIMO</b> .....	Frente de Libertação de Moçambique
<b>IPCCs</b> .....	Instituições de Participação e Consulta Comunitária
<b>OGE</b> .....	Orçamento Geral do Estado
<b>OP</b> .....	Orçamento Participativo
<b>PARPA</b> .....	Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta
<b>PRE</b> .....	Plano de Reabilitação Económico
<b>PT</b> .....	Partido Trabalhista
<b>UGEA</b> .....	Unidade Gestora e Executora de Aquisições

## **LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS**

### **TABELAS**

Tabela 1: Níveis de Participação na perspectiva de Almeida.....	33
Tabela 2: Distribuição da Amostra da Pesquisa .....	52
Tabela 3: Resultados Alcançados com OP .....	65
Tabela 4: Composição da equipe do DMKM.....	67

### **FIGURAS**

Figura 1: Ciclo do Orçamento Participativo.....	45
Figura 2: Estrutura Organizacional do DMKM.....	56
Figura 3: Processo de Orçamentação Participativa no DMKM nos anos 2015-2016.....	58

### **GRÁFICOS**

Gráfico 1: Representatividade dos diferentes grupos sociais.....	47
Gráfico 2: Amostragem .....	52

## RESUMO

A presente pesquisa debruça-se sobre *A participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o Orçamento Participativo no Distrito Municipal KaMavota (2015-2016)*. É uma pesquisa básica (pura), descritiva, qualitativa, baseada em um estudo de caso concreto. A pesquisa parte da constatação de que no DMKV, durante o período de 2015-2016, houve fraca participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o OP, alicerçada na falta de divulgação, na falta de conhecimento e objetivos claros sobre o processo de implementação do OP. Partindo do problema identificado, formulou-se a seguinte questão de partida: *Até que ponto a implementação do Orçamento Participativo no Distrito Municipal KaMavota pode contribuir para a participação dos munícipes no processo de tomada de decisão?* E para dar resposta provisória, foi levantada a seguinte hipótese: O não conhecimento do OP; a fragilidade dos meios de divulgação, a fraca participação em fóruns de debate municipal, entre outras anomalias que o município apresenta, constituem obstáculos a participação efectiva dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o OP. Assim, constitui como objectivo geral do trabalho: analisar o nível de participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o Orçamento Participativo no Distrito Municipal KaMavota no horizonte temporal de 2015 a 2016 e como objetivos específicos os seguintes: Descrever o processo da Orçamentação participativa; Verificar o nível de participação dos munícipes em cada etapa do processo de Orçamentação Participativa; Identificar os mecanismos de participação do OP no Distrito Municipal Ka Mavota; Auferir o grau de satisfação da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão sobre o OP. Como técnicas de pesquisa foram usadas as seguintes: pesquisa bibliográfica, a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas efectuadas aos munícipes, aos funcionários do Distrito Municipal KaMavota e ao Secretário do Bairro. Como suporte teórico, usa-se a escala de medição de Sherry. R. Arnstein, elaborada em 1992. A partir da análise feita concluiu-se que: (1) A participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o OP é fraca, (2) Os munícipes têm conhecimento sobre o OP, mas não participam de todas as etapas do ciclo de OP, (3) Há falsificação de assinaturas nas reuniões, (4) O DMKM tem usado diversos mecanismos para a divulgação do OP, contudo os munícipes não participam efectivamente de todo o processo do ciclo, desde as auscultações até a implementação dos projectos eleitos, devido ao baixo grau de satisfação dos munícipes entre outros factores de ordem organizacional e política, assim, estas conclusões são enquadradas no 2º Grau de simbolismo (conciliação, consulta e informação) e 3º Grau na Escala de Arnstein (Manipulação e Terapia).

**Palavras-Chave:** Participação dos munícipes, Tomada de decisão, Orçamento participativo e Distrito Municipal KaMavota.

## CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de pesquisa que tem como tema: *Participação dos Municípios no Processo de Tomada de Decisão sobre o Orçamento Participativo: o Caso do Distrito Municipal KaMavota (2015-2016)*.

O mesmo está inserido no debate teórico sobre a Democracia, concretamente a Democracia Participativa, que Segundo Ferrari (2003, p.33) é o mecanismo pelo qual o povo não se satisfaz apenas em eleger representantes, mas observando formas prescritas pela ordem jurídica, realiza actos cuja validade fica dependente de sua participação. E, por sua vez, Macedo (2008, p.186) afirma que Democracia participativa compreende uma participação universal, com todas as formas e mecanismos que existirem e que forem criados para ampliar os espaços de participação da sociedade nas decisões políticas e nos actos da administração pública.

Assim, a democracia participativa presume que o poder está nas mãos do povo, isto é, o povo tem o direito de participar directamente no processo de tomada de decisões sobre os assuntos da vida pública de forma igual, livre, justa, inclusiva e transparente, pois a participação é factor crucial para que se efective a governação participativa, uma vez que a democracia participativa é um regime político onde se supõe que existam efectivos mecanismos de controlo da sociedade civil sob a administração pública, não só pelo voto, mas também pela sua participação a esfera social.

É por isso que a democracia participativa tem necessariamente implicações na vida social e é encarrada como uma forma de vida, de dirigir toda a sociedade e não um mero mecanismo ou método político. Em Mill, a participação popular permite o ideal democrático pois no seu entender o povo deveria governar-se a si próprio e que o objectivo último teria de ser o máximo de participação directa e pessoal que:

A democracia participativa é considerada como um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação, a mesma advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social, conferem um reordenamento na lógica de poder político tradicional (Mill *apud* Arblastar, 2004).

Em Moçambique, a participação democrática entra em vigor, a partir de 1990, no contexto da democracia representativa e teve como marco principal a aprovação de uma nova Constituição da República; Constituição essa que permitiu a introdução do sistema

multipartidário, e conseqüente realização das primeiras eleições gerais, em 1994, que resultam também do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma em 1992.

É através da governação participativa que o cidadão se torna um sujeito activo na definição das suas prioridades. Tal é o caso da implementação do Orçamento Participativo (OP), no Distrito Municipal KaMavota (DMKM). O OP foi criado com vista a responder aos anseios das comunidades, de forma a promover a participação, consolidando a descentralização e democracia para o crescimento local.

Canhanga (2009, p.17) recomenda que as organizações de participação dos cidadãos (autoridades municipais, secretários de bairros e de aldeias, régulos, líderes religiosos, partidos políticos, sociedade civil, sector privado e outros) envolvidos nos mecanismos de planificação participativa devem, desde o início, concordar em negociar e escolher alternativas que visam alcançar seus objectivos, prevalecendo o diálogo e negociação das prioridades locais e o envolvimento dos seguimentos locais no acompanhamento sistemático de todas as fases do processo de formulação da agenda política local.

Quanto à sua estrutura, o trabalho organiza-se em quatro capítulos: sendo o primeiro relativo à presente introdução, que apresenta o tema, delimita-o, contextualiza-o e justifica-o; segue-se a definição do problema de pesquisa, a formulação de hipóteses e definição dos objectivos que vão conduzir a pesquisa. O segundo, trata do enquadramento teórico-conceptual que compreende a revisão da literatura, definição dos termos-chave do tema, identificação da teoria de base. O terceiro gira em torno da metodologia de pesquisa. E para terminar, o quarto apresenta e analisa os resultados, seguido da conclusão, recomendações e dos elementos pos-textuais.

### **1.1. Delimitação**

“O processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a limitação geográfica e temporal do mesmo, com vista a realização da pesquisa” (MARCONI e LAKATOS, 2008). Como tal, o presente trabalho de pesquisa compreende o horizonte temporal de 2015 à 2016, quanto ao espaço, a pesquisa foi realizada no Distrito Municipal KaMavota.

## 1.2. Contextualização

Para uma compreensão holística do tema acima destacado, faz-se imperioso contextualizar três pontos-chave, nomeadamente: histórico, político e legal, pois estes, entre outros, influenciaram no surgimento da questão da participação dos cidadãos em Moçambique.

### 1.2.1. Evolução histórica do processo da participação das comunidades locais em Moçambique

Importa, antes de mais, referir que a participação política em Moçambique data do período colonial, especificamente nos anos 1945-1961, momento em que, em forma de luta de resistência contra a dominação colonial, formaram-se movimentos políticos dentro e fora do país, associações de carácter cultural e intelectual.

Rocha (2010, p.24) afirma que foram várias as tentativas de materialização da participação em Moçambique e tiveram início no período colonial através da constituição de associações de carácter cultural e recreativo. Assim, do ponto de vista do autor, estas práticas foram vistas como reacção ao estado crítico do ponto de vista económico e social das populações. E quando se olha para os órgãos locais, existiam régulos que serviam de elo entre o governo e as comunidades, preservando os hábitos e valores socioculturais e religiosos da comunidade a ser explorada pelos portugueses. Contudo, após a independência, foram os régulos contestados pelo Estado Novo, por terem colaborado com o regime colonial. Em sua substituição, foram criados bairros e aldeias comunais, grupos dinamizadores (GD), estes afirmavam-se comprometidos e fiéis ao Partido único na altura no poder.

Segundo Ngoenha (2009, p. 9), Moçambique, após a independência em 1975, adoptou uma administração pública centralmente planificada, como modelo de governação outrora usada pelo Colono que era hierarquizado. Este modelo de administração centralizada não trouxe grandes resultados e nem melhorias no sistema de governação, pois sempre houve dificuldades na provisão de bens e serviços públicos básicos às populações, tais como: serviços de saúde, transporte, educação, saneamento, entre outros. Foi nestas razões que foram feitas reformas ao nível do sistema de governação moçambicana, dando fim ao partido único, na altura vigente em Moçambique.

A participação, ainda nos primeiros anos da independência Nacional, tinha como objectivo principal materializar o Projecto político da FRELIMO, através dos grupos dinamizadores (GD) nas zonas de residência para que se controlasse a população.

E para que se materializasse o projecto da FRELIMO, foram criadas várias organizações de massa, de modo a responder àquilo que eram os seus anseios, tais como: Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), Organização Nacional dos Professores (ONP), Organização Nacional dos Jornalistas (ONJ) com o objectivo de enquadrar a população e mobilizar diferentes grupos ou surgimento de populações (ADALIMA, 2009, p. 56).

Contudo, foi com a crise dos anos 80 que fez com que se repensassem em novas formas de resolver a conjuntura vigente. Muitas das reformas nos países africanos tiveram início no período colonial, foi, sobretudo, com o processo de descentralização. E como tal, em 1989, durante a realização do 5º Congresso, a FRELIMO deixa de ser o partido de orientação marxista-leninista, abrindo espaço para que adopte um modelo de governação democrática em Moçambique (Abrahamsson; Nilson, 1994, p. 65).

Na sequência desse processo, surgiu a necessidade de se alterar a Constituição que regia o País desde 1975. E em 1990 adoptou-se uma nova Constituição da República, que consigo traz defesa e o respeito das liberdades fundamentais do cidadão, onde é introduzido o pluralismo e sistema de democracia multipartidária, incluindo uma nova forma de alargamento da participação das comunidades no processo de governação e desenvolvimento local em Moçambique (*ibidem*). Com a instauração do sistema de democracia multipartidária, abriu-se espaço para que se efectivasse a participação da população na vida política, na governação por meio de eleições, a governação local, a integração em partidos políticos bem como em associações.

O Art. 263, no seu nº2, da CRM de 1990, no contexto sobre a viabilização dos princípios da participação, enfatiza que se deve “*garantir a participação activa dos cidadãos e incentivos a iniciativa local na solução dos problemas das comunidades*”. O cumprimento desse regulamento jurídico em Moçambique permitiu que de forma ampla se verificasse uma abertura na relação entre o Estado e a sociedade, evitando a antiga relação em que as decisões partiam de cima para baixo, passando deste modo a começar de baixo para cima (PAULO s.d *apud* MUSSANE 2020).

Neste desenrolar, que é possível tomar a ideia de que sim, há uma tendência de aproximar as províncias, distritos, distritos municipais, localidades a melhor servir o munícipe, pois lhes foi dada a possibilidade de desenvolver estratégias adequadas a este nível e aplicar os fundos necessários para que se melhore a prestação de serviços ao munícipe, dando assim um

contributo eficaz para que se reduza a pobreza e possível desenvolvimento local, dado que a nossa realidade nos permite enxergar que há ainda um elevado índice de pobreza, quase a 50% da população. Entretanto, justifica-se que é nesta senda que são chamados os distritos e as localidades a elaborar seus planos de desenvolvimento, juntamente com a população, de modo a sortir resultados desejáveis, e a consolidar a participação no âmbito da democracia participativa.

### **1.2.2. Sob ponto de vista político: emergência do sistema democrático em Moçambique**

A questão da participação dos cidadãos está intrinsecamente associada à emergência de um novo sistema político, concretamente o sistema democrático em Moçambique que foi influenciado pelo colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e consequentemente o fim da guerra fria acompanhada pela queda do Muro de Berlim.

A emergência do sistema político democrático em Moçambique fica a dever-se, também, a teoria da Terceira Onda Democrática desenvolvida por Huntington (1994, pps. 22-34), que de acordo com ele, após 15 anos que deram o fim a ditadura portuguesa em 1974, foram emergindo regimes políticos democráticos que vieram substituir regimes autoritários que dominavam a Europa, desde a primeira metade do século XX até finais. É de lembrar que estes regimes afectaram também a Ásia e América Latina, e com a substituição do autoritarismo, houve uma grande implantação dos regimes democráticos em todo mundo.

Os movimentos que giravam em prol da democracia, foram se expandindo pelo mundo e atingiram Moçambique em 1990, com a adopção de uma nova constituição e consequentemente a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994.

Tendo como características dos sistemas políticos democráticos as seguintes: a) Governos são representativos, pois são eleitos; b) Concorrência livre, justa e transparente; c) Participação ampla; d) Liberdades políticas; e). Os governantes agem em prol do interesse colectivo; f) Justiça, tolerância, segurança, bem-estar e estabilidade política.

É neste contexto que surge a participação política em Moçambique, e que depois da implementação da CRM de 1990, surgiram mais fóruns políticos para que se efectivasse a democracia participativa, que ao longo do tempo também tem originado algumas mutações mediante os instrumentos de operacionalização.

### **1.2.3. Quadro legal para a participação das comunidades locais nos processos governativos em Moçambique**

Para responder aos desafios do período pós independência, em 1990, o Estado moçambicano levou a cabo uma reforma constitucional, a qual trouxe ao debate aspectos relativos à governação local. Este debate, como refere o Banco Mundial (2009), culminou com a formulação de uma estratégia para introdução de uma governação local descentralizada, as bases legais que sustentam o processo de descentralização e participação em Moçambique baseiam-se em um conjunto de reformas iniciadas a partir da Constituição de 1990, a mesma que consagra Moçambique como um Estado de Direito, introduz o princípio de igualdade, legalidade, controle da constitucionalidade, e definição dos passos para o reordenamento da relação Estado-Sociedade.

Em 1994, é criada a Lei 3/94 (Quadro Institucional dos Distritos Municipais) que fundamenta as primeiras bases legais para o processo de descentralização em Moçambique; um novo quadro institucional para a reforma dos órgãos locais foi aprovado a emenda constitucional em 1996 (Lei n.º 9/96, de 22 de Novembro de 1996). No artigo 3º, da referida lei, criam-se condições para introdução de um novo Título IV- Poder Local, cujo n.º 1 do artigo 189 da CRM determinava que “o Poder local compreendia a existência de autarquias locais” que foram designados de municípios ou povoações, (Artigo 190) conforme se trate de Cidades e Vilas ou de postos administrativos.

No âmbito da emenda constitucional de 22 de Novembro de 1996 (Lei 9/96), configurou-se as condições jurídicas para a organização participativa das comunidades na arena governativa.

O n.º1 do Art. 188 da CRM de 2004 configurou os pressupostos pilares para a participação. De acordo com este preceito constitucional, o Poder Local tem como objectivos a participação dos cidadãos na resolução dos problemas próprios definidos ao nível local. E segundo o Art. 188, o Poder Local deve ser o ponto fulcral na promoção do desenvolvimento local, aprofundando e consolidando a democracia no quadro da unidade do Estado Moçambicano. Por isso, o n.º 2 do mesmo Art. salienta que o Poder Local se apoia na iniciativa e nas capacidades das populações e actua de forma directa com as organizações de participação dos cidadãos (cf. CRM de 2004), auscultando opiniões sobre a melhor maneira de mobilizar e organizar a participação das comunidades na identificação das suas prioridades, formulação, implementação, acompanhamento dos programas e planos económicos, sociais e culturais, em busca do desenvolvimento.

O Art. 28 da Lei 2/97 abarca uma abordagem prevista para a participação na planificação e formulação de políticas de desenvolvimento municipal, pois incentiva a articulação entre os órgãos do poder local e as autoridades comunitárias, onde apela a necessidade da integração das autoridades comunitárias, tais como: secretários de bairros, chefes de quarteirão etc. A Lei nº 11/97, de 31 de Maio, criou um regime para as finanças e tributos municipais que implicaram novas formas de articulação entre esfera central, provincial e municipal.

A Lei 8/2003, de 19 de Maio, Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) que estabelece os princípios da desconcentração na organização, competência e funcionamento dos órgãos locais do Estado e o Decreto do Conselho de Ministros nº11/2005 de 10 de Junho que regulamenta a concretização dos municípios em causa.

A Lei 6/2007 de 9 de Fevereiro, atribui poderes titulares ao governador e ao órgão colectivo do governo provincial, cuja actuação muitas vezes tende a determinar o comportamento dos municípios em relação a política.

A lei 3/2008 de 2 de Maio que cria os 10 novos municípios de categoria de vila. O decreto nº 33/2006, de 30 de Agosto diz respeito à transferência de funções e competências dos entes estatais (centrais e provinciais para os municipais).

A CRM de 2004 no seu I Capítulo, Art. 2º, alínea nr 1, afirma que a soberania reside no povo. No Art. 3, afirma que a República de Moçambique é um Estado de direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem.

O Estado moçambicano aprovou através da Resolução 40/2012 de 20 de Dezembro, a Política nacional de descentralização e a respectiva estratégia de implementação designada “Política Estratégia de Descentralização” (PED) que se funda na tradição e nas práticas democráticas em curso no país a partir dos exemplos e subsídios das práticas que se estenderam por todo país através dos grupos dinamizadores.

A Constituição da República de Moçambique de 2004 (emenda constitucional), no seu Título XIV, Capítulo I, Art. 267, número 1, aborda os objectivos da descentralização, a mesma visa organizar a participação dos cidadãos na resolução dos problemas próprios da sua comunidade, promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia no quadro da unidade do Estado Moçambicano. No seu número 2, a descentralização apoia-se na

iniciativa e na capacidade das populações e actua em estreita colaboração com as organizações de participação dos cidadãos.

Importa salientar que foi no âmbito da desconcentração e descentralização política que surgiram as Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCS), com vista a promover a governação local participativa. Simão (2013) *apud* Kulipossa (2010), afirma que as IPCSs surgem como formas alternativas para enquadrar as populações locais na governação local face à crise da democracia representativa, que em Moçambique se caracteriza pela existência de Assembleias da República, provinciais e Municipais, cujos seus membros são eleitos pelos cidadãos na base de listas partidárias. As comunidades juntamente com as IPCSs, orientadas pela administração do distrito deviam apoiar o processo de planificação, execução, monitoria e avaliação de projectos e programas de desenvolvimento local.

### 1.3. Problema

A participação dos munícipes no processo de tomada de decisão em Moçambique apresenta um quadro legal que orienta o mesmo através do processo da descentralização, pois define as prioridades, o controle, a monitoria e implementação dos órgãos autárquicos, pois também é neste quadro que se define e estabelece a necessidade dos órgãos das autarquias locais auscultarem as opiniões e sugestões das autoridades comunitárias reconhecidas pelas respectivas comunidades, para que, de forma coordenada, realizem actividades que respondam às necessidades específicas da circunscrição em causa. Canhanga (2007, p.8) afirma que o sucesso da prática governativa é alcançado através de instituições eficazes que respeitam princípios universais tais como: *accountability*, descentralização, participação e transparência.

Segundo o Diploma Ministerial nº80/2004 de 14 de Maio, "os órgãos municipais em coordenação com as comunidades tradicionais, devem mobilizar e organizar a participação das comunidades locais na concepção e implementação de programas e planos económicos sociais e culturais em prol do desenvolvimento local".

Neste âmbito, é importante avançar que a média da participação num processo governativo pode ser medida observando-se a nível local onde existem fóruns apropriados para a colheita de informação e das diversas sensibilidades dos cidadãos, mecanismos pelos quais as

preocupações dos cidadãos são encaminhadas a quem é de direito, retroalimentação do processo governativo, ou mecanismos pelos quais os governados recebem de volta os resultados da acção governativa e a avaliação sistemática do sentimento dos cidadãos sobre as decisões públicas. Compreendendo a participação como um meio pelo qual o indivíduo pode expressar as suas preocupações, no processo de Orçamentação Participativa e também sobre os projectos de desenvolvimento comunitário.

Em Moçambique, durante o processo de planificação e orçamentação participativa, as autarquias locais, representadas por autoridades municipais em colaboração com os municípios, têm a prerrogativa de decidir até 15% das receitas próprias e transferências fiscais-Fundo de Compensação Autárquica e Fundo de Investimento de Iniciativa Local, para que transformem as suas necessidades em obras e serviços básicos que contribuam para o crescimento local, de acordo com as preferências dos municípios de forma colectiva e consensual.

Apesar dos avanços verificados no quadro governativo das autarquias locais, no que tange ao estabelecimento de mecanismos de participação para o engajamento activo dos municípios na governação municipal democrática, de forma inclusiva e transparente, há estudos que apontam para o fraco envolvimento dos mesmos em âmbito de participação criadas no contexto do processo do Orçamento Participativo.

O Relatório dos CEURBE (2017, p.40), que tem como objecto de Estudo o Município da Cidade de Maputo, constata que a participação dos municípios em relação ao orçamento participativo não pretendia ser conclusivo, mas criar uma plataforma de evidências para um melhor diálogo e a colaboração entre os diferentes actores interessados pela prática e, sobretudo, desbravar o campo para futuras pesquisas, e foram feitas as três principais constatações: o OP, apesar de configurar uma prática que se pretende expandir, tem pouca adesão; existe um consenso generalizado de que o OP é uma “*boa ideia*”, pois o município e os cidadãos aprendem a governar de forma comparticipada e intrínseca colaboração, e a última constatação é que as modalidades da implementação do OP, produzem mais efeitos exclusivos do que participativos, as instituições. Os actores e a organização ainda não estão suficientemente democratizadas e socializadas com a prática e por essa via produzem efeitos contraproducentes a participação e desenvolvimento urbano.

Em relação ao DMKV, os dados estatísticos recolhidos aquando da pesquisa exploratória, referentes ao período de 2015-2016, evidenciam que, apesar de existirem instrumentos que

permitem a participação na elaboração de projectos locais, ainda são constatados problemas tais como: um nível baixo de participação, um fraco conhecimento sobre o OP, a falta de objectividade na selecção de objectos prioritários, tal ainda resultados das entrevistas sustentam (nunca participei, nunca ouvi falar, não sei o que é OP). O que de forma técnica faz perceber que os munícipes não percebem a importância da sua participação.

Os resultados demonstram que com cerca de 80% dos munícipes não têm informação do que realmente seja o Orçamento Participativo e isso compromete de alguma forma o envolvimento do cidadão na tomada de decisão e a efectivação da governação participativa. Ainda que tenham sido implementadas algumas edições do orçamento participativo neste distrito, o nível de participação ainda não é satisfatório.

Nesta senda, o problema de pesquisa centra-se em saber: *até que ponto a implementação do Orçamento Participativo no Distrito Municipal KaMavota contribuiu para a participação efectiva dos munícipes no processo de tomada de decisão?*

#### **1.4. Hipótese**

O não conhecimento do OP, a fraca participação em fóruns de debate municipal, a fraca divulgação, entre outras deficiências que o DMKM apresenta, constituem obstáculos à participação efectiva dos munícipes no processo de tomada de decisão no período de 2015-2016.

#### **1.5. Justificativa**

O interesse em desenvolver o tema: *Participação dos Munícipes no Processo de Tomada de Decisão sobre o Orçamento Participativo: o Caso do Distrito Municipal KaMavota (2015-2016)* advém do facto da matéria aqui tratada constituir uma das abordagens temáticas que despertaram interesse particular ao longo do processo da formação académica, ao nível do curso de Licenciatura em Administração Pública. Este interesse é oriundo das seguintes disciplinas curriculares: História das Ideias Políticas, Governação Local e Filosofia política, que estão actualmente voltadas para o debate da participação. No concernente ao processo de tomada de decisão, voltada cada vez mais para o aumento da qualidade de serviços públicos e redução dos custos, para a inclusão social, e obtenção de um serviço público equitativo, definido pelos olhos dos munícipes, estes mesmos serviços prestados com eficiência, eficácia e economicidade.

Do ponto de vista teórico, o presente estudo constitui uma ferramenta importante para discussões académicas no que concerne a tópicos da participação democrática, nos princípios da boa governança, com maior enfoque na participação dos munícipes no processo de tomada de decisão e com maior contributo para os tomadores de decisão dos assuntos públicos.

A escolha do DMKM como local de estudo deve-se ao facto de ser uma das instituições responsáveis pela implementação do OP e também por ser próximo de onde a estudante reside, o que vai facilitar o processo de colheita de informação.

A escolha do período de 2015 foi por ter sido nesse ano em que se implementou o OP com o valor de 1.000.000 de meticais, por onde se registou uma fraca participação dos cidadãos, e o ano de 2016 serviu, igualmente, como motivação da pesquisa pelo facto de este ter sido o penúltimo ano onde foi implementado o OP, com uma variação significativa no que tange aos valores da implementação do projecto e com uma maior afluência no que concerne a participação. É de salientar que no ano de 2017 foram implementados os projectos que não foram terminados em 2016 e onde não houve auscultações dos munícipes.

## **1.6. Objectivos**

### **1.6.1. Geral**

- Analisar o nível de participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o OP.

### **1.6.2. Específicos**

- Descrever o processo da Orçamentação participativa;
- Verificar o nível de participação dos munícipes em cada etapa do processo de Orçamentação Participativa;
- Identificar os mecanismos de participação do OP no Distrito Municipal Ka Mavota;
- Auferir o grau de satisfação da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão sobre o OP.

## **CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL**

O presente capítulo é referente ao enquadramento teórico-conceptual, o qual compreende três aspectos essenciais a saber: a revisão de literatura, definição de termos-chaves e a Teoria de base.

### **2.1. Revisão da Literatura sobre Participação**

#### **2.1.1. Participação dos Municípios**

Para se abordar a participação dos municípios, primeiro é necessário apresentar o conceito de participação. Tomando em consideração o intenso debate teórico e metodológico existente na Sociologia Política sobre a participação, o conceito de participação não é consensual. Segundo Medici (1994), a participação é um pré-requisito para a descentralização. De acordo com o autor supracitado, quando a descentralização é motivada pelo nível central do governo, dificilmente ela é acompanhada por participação.

A participação não se resume unicamente às eleições, diz também respeito ao envolvimento dos municípios em acções de consultas para elaboração de planos, orçamentos e na tomada de decisões importantes para a sua vida. (Forquilha, 2016, p. 83).

Mais ainda, a participação pode ser definida como um instrumento fundamental no sentido de promover a articulação entre os actores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir objectivos comuns. Todavia, é útil advertir que os métodos participativos não podem ser vistos como infalíveis e capazes de solucionar adequadamente todos os tipos de problemas (Manfredini; Lopes, 2005). Assim é que Cunill (1991) destaca dois elementos-chave no conceito de participação: intervenção no curso de uma actividade pública e expressão de interesses sociais.

Em relação ao primeiro elemento, esclarece que não devem ser considerados participação cidadã os seguintes fenómenos: a participação social, a participação comunitária e as experiências autónomas da sociedade civil. No caso da participação social, os indivíduos formam parte de organizações que nascem na sociedade para defender interesses sociais, e sua relação não é directamente com o Estado, mas apenas com outras instituições sociais.

Em relação ao segundo elemento — expressão de interesses sociais — a participação cidadã só se circunscreveria à órbita dos interesses particulares radicados na sociedade civil, referidos especificamente a interesses difusos e colectivos.

O Conceito de Participação desde o seminal trabalho de Milbrath (1965, p.85), tem-se assistido a uma profusão de conceitos de participação. Tais definições, como bem destacou Van Deth (2001), estão directamente articuladas ao contexto em que os próprios actos de participação operam. Se nos anos de 1960 a definição se estruturava, sobretudo, em função das modalidades eleitorais, os novos repertórios que começam a fazer parte da acção colectiva, desde então, (protestos, boicotes, etc.) obrigam que sejam, de alguma maneira, incorporados pelas definições de participação. A tradição de pesquisas que inicia com Milbrath (1965, p. 86), que definia a participação como o conjunto de actividades relacionadas ao momento eleitoral. Sugestivas desta interpretação são as definições de Verba e Nie para os quais, por participação política, “deve-se entender actividades realizadas por cidadãos privados que buscam, de modo mais ou menos directo, influenciar a selecção dos funcionários governamentais e/ou as acções que eles tomam”.

De maneira similar, para Huntington e Nelson (1976, p. 17), trata-se de uma actividade “realizada por cidadãos privados com o objectivo de influenciar a tomada de decisão do governo”, é o mecanismo de tomada de decisão pelo qual o cidadão torna-se um sujeito activo no que diz respeito à gestão da coisa pública, seus anseios e necessidades diante de determinado assunto político sem exclusão de nenhuma camada social. E ainda, segundo Brady (1999, p. 748) participação é um acto singular mesmo que algumas das suas medidas empíricas demonstrassem o nível baixo de relacionamento entre algumas das variáveis, em especial entre o voto com as demais modalidades de participação.

No modelo apresentado por este autor, os cidadãos dividem-se em três grupos de acordo com o nível de engajamento: passivos (os que não participam), os espectadores (envolvimento mínimo) e os gladiadores (activistas). Estes níveis seriam cumulativos e formariam uma pirâmide, onde as actividades mais complexas seriam aquelas desenvolvidas pelos cidadãos mais centrais da estrutura social, daí que essa formulação é denominada de modelo de centralidade (Milbrath, 1965, p. 87).

Em suas obras, Rousseau notabiliza-se por ser contrário à representação política e propõe a democracia “participativa”, directa, sobretudo no que diz respeito: “a denúncia dos limites inerentes à representação política que tem origem em Rousseau, considerado também um dos primeiros formuladores da ideia de democracia participativa” (SELL, 2006, p. 103).

Rousseau, por outro lado, defende a Democracia Participativa directa ao afirmar que: “Na verdade, as leis são as condições da associação civil. O povo submetido às leis deve ser o seu autor, só aos que se associam cabe reger as condições da sociedade” (ROUSSEAU, 1995, p. 99). Pateman afirma que “Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação, a compreensão da natureza do sistema político que ele descreve na sua obra “O contrato social” é vital para a teoria da democracia participativa” (ROUSSEAU, 1995, p. 101). Em referência a esse problema, Norberto Bobbio afirma que:

Parto de uma constatação sobre a qual podemos estar todos de acordo: a exigência, tão frequente nos últimos anos, de maior democracia exprime-se como exigência de que a democracia representativa seja ladeada (...) pela democracia directa. Tal exigência não é nova: já a havia feito, como se sabe, o pai da democracia moderna, Jean Jacques Rousseau, quando afirmou que “a soberania não pode ser representada (1986, p. 41)

Com este debate, pode-se afirmar que a democracia participativa se submete às leis da democracia representativa dentro das leis da sociedade civil, o povo tem o direito de expor as suas necessidades e anseios. A democracia participativa serve de complemento a democracia representativa, na medida em que a democracia não se limita a escolher meros representantes, mas cria condições de participação na vida política e dos assuntos públicos.

A participação busca restituir a importância da democracia cidadã (*middle democracy*). E a participação, apresenta os seguintes elementos: a) Deliberação, b) A troca de pontos de vista, c) O processo de formação de questões e definições de prioridades e preferências, colocando em evidência sua eficácia na obtenção de direitos, legitimidade das decisões e inclusão de um amplo espectro de opiniões no tratamento de questões de carácter público (BRADY, 1999, pps. 29-30).

O conceito amplo ou participativo de democracia é baseado no exercício da cidadania como forma de decisões colectivas e ampliação das questões políticas, valorizando o terreno da democracia média (*middle democracy*) (*ibidem*).

Por sua vez, Valá (1998, p. 2004) afirma que a participação significa muito mais do que auscultação ocasional da população sobre acções específicas, mas implica uma autonomia local, requer a existência de organizações voluntárias ao nível de base, enraizadas na tradição e culturas locais, com lideranças próprias e legítimas, com pleno envolvimento da mulher e assente na inclusão social. Assim sendo Kulipossa (2010) *apud* Simão (2013, p. 33) destaca quatro (4) formas de participação: participação ao nível do agregado familiar; a económica; a social; a cultural e política. Concordando com Millbarth, o autor aqui citado defende que a

participação é um conceito relativo e não absoluto, que existe em qualquer contexto social em grau diferenciado. O que cabe é saber que grau e que tipo existem.

Diante do aludido, a participação deve ser aqui entendida como um instrumento que busca, por meio da democracia participativa, efectivar a governação local embora sobre diferentes pontos de vista, entretanto ela é importante para a tomada de decisão em vários âmbitos do saber dado que a mesma serve de complemento à democracia representativa.

### **2.1.2. Teorias sobre a participação**

A questão da participação foi discutida por alguns teóricos, e um dos primeiros a discutir foi Alexis de Tocqueville, que afirmava que, quando o indivíduo se desinteressa pelo público, deixando de participar dos assuntos de interesse comum, renega de certa forma o exercício da liberdade. Tocqueville demonstra, então, que um remédio democrático eficaz e legítimo, que temos ao nosso alcance para corrigir essa ilusão individualista e fazer com que se concilie interesses particulares ao interesse público, exige, necessariamente, liberdade política, ou seja, exige participação activa dos cidadãos na direcção de assuntos públicos. Nas palavras do filósofo: “eu, por mim, para combater os males que a igualdade pode produzir, só existe um remédio eficiente: é a liberdade política” (Tocqueville, 1998, p. 391). Liberdade política pode ser entendida como a participação activa dos cidadãos na direcção dos negócios públicos. Deste modo, devemos entender que só haverá liberdade democrática onde houver acção permanente do corpo de cidadãos na esfera pública.

Assim, a liberdade política não existe por si só, mas depende, segundo Tocqueville, da educação cívica mediante a vivência de costumes de liberdade, da criação de hábitos cívicos, da prática cotidiana da cidadania. Eis que: A experiência, os costumes e a instrução quase sempre acabam por criar na democracia aquela espécie de sabedoria prática de todos os dias e aquela percepção dos pequenos acontecimentos da vida que chamamos de bom senso e num povo cuja educação está completa, a liberdade democrática aplicada aos negócios interiores do Estado, produz mais bens do que os males acarretados pelos erros no governo da democracia (Tocqueville, 1998, p. 177).

O filósofo desenvolveu a doutrina do “interesse bem compreendido”, em que, segundo ele, “a partir do momento em que se tratam em comum os assuntos colectivos, cada homem percebe que não é tão independente dos seus semelhantes quanto imaginava a princípio” (Tocqueville, 1998, p. 389). Ou seja, por meio das ocasiões de se agir em conjunto, faz com que os

indivíduos percebam que dependem uns dos outros, afastando aquele sentimento de individualidade e independência que os induz a confundir liberdade com auto-suficiência privada. Outrossim, ensinam a esses mesmos indivíduos que a participação conjunta na gestão de interesses comuns desenvolve sua capacidade de pensar e agir por si mesmo, ou seja, favorece a liberdade do cidadão. Contra o individualismo, a educação cívica que se realiza por meio da participação activa nas questões comuns prepara cada um a ver-se como membro do corpo político. As pessoas tornam-se cidadãs na medida em que agem no âmbito político, de modo que o processo de aprendizagem esteja directamente vinculado à prática e ao hábito.

Aléxis de Tocqueville é enfático no que diz respeito ao amadurecimento da democracia participativa, segundo o filósofo, ser cidadão é ser membro de uma comunidade política e reconhecer seus interesses nos actos do governo ou este lhe será estranho e artificial. A cidadania demanda iniciativa de participação por parte dos indivíduos em busca de garantias e reconhecimento de si mesmos como parte integrante do sistema político e democrático da sociedade. É através do exercício das prerrogativas inerentes ao status de cidadão, que o indivíduo pode interferir nos destinos do Estado, seja opinando sobre qual plano de governo deve ser seguido, seja fiscalizando o Estado na gestão da coisa pública, dentre outras ingerências.

Para que a democracia se desenvolva, segundo Tocqueville, é necessário que haja ligação entre actores sociais e agentes políticos, que a representatividade social dos governados seja garantida e esteja associada à limitação dos poderes e à consciência da cidadania. A força principal da democracia reside na vontade dos cidadãos de agirem de maneira responsável na vida pública. Se estes não se sentem responsáveis pelo seu governo, não pode haver representatividade dos dirigentes ou livre escolha pelos dirigidos. O agir responsável, por sua vez, prescinde do conhecimento dos direitos e das leis a que estão submetidos. Tal concepção exige-nos uma posição de defesa ao exercício dos direitos políticos como forma de instigar nos homens a convicção de suas responsabilidades cívicas.

Neste sentido, a cidadania, enquanto dimensão pública da participação dos homens na vida social e política do Estado corresponde a um feixe de privilégios, decorrentes da condição de titularidade da coisa pública. Tais privilégios não são outra coisa senão o exercício dos direitos. Tocqueville compreende que não é fácil ensinar a todos os indivíduos exercerem e servirem de seus direitos contidos nas leis: “a grande maioria da nação mal conhece as leis, vê-as em acção apenas em casos particulares, só dificilmente apreende a sua tendência e se

submete a elas sem meditar”, mas afirma que quando isso acontecer, os efeitos resultantes serão grandes e significativos. A participação popular é essencialmente uma questão política, relacionada ao grau de desenvolvimento e efectivação da democracia.

Um segundo autor que discutiu a participação, foi Jurgen Habermas. A teoria de participação de Jurgen Habermas está embasada no seu conceito de acção comunicativa, ou seja, o agir comunicativo. Habermas (1989, p. 36), define dois tipos de razão: a instrumental e comunicativa. A primeira é estratégica, que privilegia um certo grupo em detrimento do outro. É a que tem como objectivo manipular e controlar. Não está preocupada com o sujeito e é produzida e imposta unilateralmente. Por outro lado, a segunda é caracterizada pela interacção entre vários sujeitos com o objectivo de alcançar um consenso, coordenando as acções por meio de entendimento.

Habermas critica a razão instrumental e propõe que se passe para acção comunicativa. Na acção comunicativa, os sujeitos que se comunicam, remetem-se a pretensões de validade criticáveis quanto à sua veracidade, correcção normativa e autenticidade, cada uma delas se refere respectivamente a um mundo objectivo, social e subjectivo. O mundo objectivo representaria a totalidade de entidades sobre as quais são possíveis afirmações verdadeiras.

O mundo social que seria a totalidade de relações interpessoais reguladas. Por fim, o mundo subjectivo relaciona-se com as experiências a qual o falante tem um acesso privilegiado e que pode se expressar perante um público. A acção comunicativa possui um carácter emancipatório, pois quando os homens se comunicam com outros, pensam ou agem de forma racional, se libertam de todo tipo de misticismo e das formas de poder impostas pelas instituições. Ela combate a coacção interna e externa e, ainda, a dominação social, promovendo a emancipação (Habermas, 1989, p. 72).

A acção comunicativa pressupõe, antes de mais, a existência de uma base de pretensões de validade mutuamente reconhecidas, isso deve ser esclarecido, em primeiro lugar, em confronto com o agir comunicativo “falamos então de agir comunicativo quando agentes coordenam seus planos de acção mediante o entendimento mútuo linguístico, quando eles os coordenam de tal modo que lançam mão de forças de ligação ilocucionárias próprias dos actos de fala” (HABERMAS, 1989, p.118).

Na sua teoria de participação, Habbermas embasa três elementos-chave, necessários para um diálogo sólido e eficaz a destacar:

a) que o sujeito argumentante seja livre e autónomo para justificar e se responsabilizar pelas razões de seu discurso;

b) que o sujeito linguístico possua igualdade de direitos na argumentação;

c) que seja livre para se expressar e participar dos discursos sobre questões e problemas do mundo da vida.

Os pensamentos de Habermas sobre a argumentação comunitária partem do pensamento de Apel, visando uma fundamentação universalizada que possibilite leis morais escolhidas dentro de um âmbito democrático, onde todos os sujeitos poderão dar suas opiniões.

Assim, a teoria do agir comunicativo de Habermas vem dar ênfase à inclusão, comunicação e negociação das decisões a serem tomadas pelos decisores públicos, no sentido de que através de uma acção comunicativa e não estratégica, os munícipes juntamente com as autoridades locais discutiriam as suas necessidades e participariam no desenvolvimento e satisfação das suas necessidades colectivas.

Sendo que os desacordos sobre os fatos serão resolvidos através da recorrência a argumentos, e, assim, os participantes serão conduzidos para um consenso obtido através da argumentação. Desse modo, Habermas quer mostrar que as regras do discurso não se tratam de convenções, mas de pressuposições intrínsecas à argumentação.

A questão da Participação, também foi discutida por um terceiro autor, Norberto Bobbio. Para Norberto Bobbio, participação política é uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pelas constituições democráticas. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas acções colectivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direccionadas a seleccionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação activa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objectivo influenciar as decisões que contemplem os interesses colectivos e o exercício da cidadania.

De antemão, é preciso relembrar que o exercício da cidadania está directamente relacionado a um sistema democrático de governo, que pressupõe “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões colectivas, em que está prevista e facilitada à participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO, 1986, p.9). Deste ponto de vista, o bom cidadão é aquele que não está voltado para seus interesses pessoais, ou para as vantagens pessoais que

do voto pode tirar, mas é um membro consciente de uma comunidade e vota com base em uma opinião política.

Norberto Bobbio identificou três formas ou níveis de participação política que são:

- Presença - que é uma forma menos intensa e mais marginal de participação política; trata-se de compartimentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, as exposições voluntárias a mensagens políticas, etc., situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal;
- Activação - aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de actividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover. Isto acontece quando se faz obras de proselitismo, quando há um envolvimento em campanhas eleitorais, quando se difunde a imprensa do partido, quando se participa em manifestações de protesto, etc;
- E por fim a participação - tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui directa ou indirectamente para uma decisão política. Esta contribuição, ao menos no que respeito à maior parte dos cidadãos, só poderá ser dada de forma directa em contextos políticos muito restritos; na maioria dos casos, a contribuição é indirecta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade. <sup>1</sup>

Um quarto autor que discutiu a questão da participação foi John Rawls. John Rawls discute o problema da participação política na obra *Justiça e Democracia* (2000), nessa obra, o autor veicula que a participação política está ligada ao princípio de justiça social, onde cidadão é convidado a participar com os outros, como um agente social em busca de um bem público.

A participação política em Rawls tem em vista a atingir dois objectivos primordiais: discutir mecanismos que visam estabelecer uma convivência segura e pacífica e, ainda, servir de base à formulação de uma carta para uma sociedade bem ordenada. Rawls assegura ainda que a participação política visa assegurar que ninguém deve designar princípios para favorecer a sua

---

<sup>1</sup> BOBBIO, Norberto; et all. *Dicionário de política*. Trad. Carmer C, Varriale et all. 11. ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 888 – 889.

condição particular. Os princípios da participação são resultados de um consenso ou ajuste equitativo.

Rawls concebe o critério de participação como um acordo hipotético entre os membros de uma sociedade e não somente entre alguns deles. Essa participação é na opinião de Rawls movida por cidadãos morais, livres e iguais, que têm por conteúdo, procurar soluções para resolver os problemas que lhes apoquentam “São morais porque conhecem o bem, são pessoas livres, pois elas são capazes de controlar e de revisar suas necessidades e seus desejos” (RAWLS, 2000, p.31). Portanto, a participação política é uma forma democrática em que cidadãos reunidos procuram, de forma negociada, buscar soluções por via não violenta, com vista a resolver conflitos que não cessam de renascer no seio da sociedade.

Um quinto autor que discutiu a participação, foi o Rousseau, para compreender a teoria da participação sob a perspectiva de Rousseau, há que se observar dois termos basilares que permitem o seu entendimento, neste sentido tem-se o interesse comum e o interesse privado.

Segundo Rousseau (1996), o primeiro termo que remete ao interesse comum ou, interesse público, o autor explicando afirma que para que haja participação à vontade geral deve estar ligada à busca do bem colectivo, a isto o autor denomina de interesse da coletividade. Para este autor a vontade de todos se resume no conjunto das vontades particulares (soma dos interesses de cada um dos indivíduos que compõem a comunidade). É neste sentido que o autor sustenta que a vontade geral (ou interesse comum) deve ser construída com a participação efectiva dos cidadãos.

Já o segundo termo que remete ao interesse privado, se resume na vontade individual de cada membro da sociedade observada isoladamente, para o autor é a partir da soma das carências individuais de cada membro da sociedade, sentirá a necessidade de criar um bem que seja usufruído por todos. Aqui Rousseau ressalta a importância da vontade geral, considerando o alcance do bem comum como o objetivo do Estado. Assim o autor afirma que “só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado em conformidade com o objeto de sua instituição, que é o bem comum” (ROUSSEAU, 1996, p. 33).

Do aludido compreende-se que, para Rousseau, a premissa básica para que haja participação a nível da comunidade é fundamental que internamente esta partilhe uma carência em comum. Então, a partir da vontade de ver esta carência suprida, esta comunidade participará dos

programas estatais, de modo que as decisões aí tomadas possam de algum modo efectivar o bem-estar comum.

Em síntese, compreende-se que a teoria da participação social de Rousseau, se fundamenta na cooperação dos tomadores de decisões locais com todos os actores e grupos relevantes da comunidade, isto pode ser visualizado como uma condição básica à obtenção do desenvolvimento local e sustentável.

### 2.1.3. Modelos Sobre Escala de Medição da participação

Vários teóricos tem abordado sobre os modelos de Escala de Medição da participação, desta forma segundo o Manual de Diagnósticos Locais de Segurança ( 2010) apud Almeida , a Escala, subdivide-se em cinco (5) níveis, nomeadamente: Informar, Consultar, Envolver, Colaborar, e Responsabilizar o cidadão.

**Tabela1: Níveis de Participação na perspectiva de Almeida**

Nível de Participação	Características
I. Informar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação unidireccional</li> <li>• Partilha de Informação</li> <li>• As comunidades não influenciam o processo</li> </ul>
II. Consultar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As comunidades são convidadas a contribuir da partilha de informação, ideias ou comentário</li> <li>• Não existe interacção institucional ou compromisso para dar resposta ao solicitado</li> </ul>
III. Envolver	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As comunidades dão o seu contributo no planeamento, implementação e hierarquização</li> </ul>
IV. Colaborar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho em conjunto com as comunidades no desenvolvimento de planos</li> <li>• Responde-se ás contribuições da comunidade e acordam-se as conclusões</li> </ul>
V. Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As comunidades tomam as decisões finais sobre a estratégia a seguir</li> </ul>

**Fonte:** (Adaptado do Manual de Diagnósticos Locais de Segurança, 2010) *apud* Almeida (2015).

Um segundo autor que aborda sobre a Escala de Medição da Participação, é o Pretty, que classifica o conceito de participação a sete níveis: a passiva, a informativa, consultiva, por incentivos, funcional, interactiva e auto-mobilização.

Pretty (1995, p. 61) classifica o conceito de participação em sete níveis:

- i) *Participação passiva* – quando a participação é unilateral onde a agência de intervenção limita-se a dizer a comunidade o que se pretende fazer ou está acontecendo sob administração do projecto;
- ii) *Participação informativa*- quando a comunidade se limita a responder questões colocadas pela equipa de intervenção e não tem oportunidade de se expressar;
- iii) *Participativa consultiva* – nos casos em que a comunidade é consultada, mas não tem oportunidade de tomar decisões;
- iv) *Participação por incentivos* – consiste na participação feita através da troca de recursos materiais;
- v) *Participação funcional* – quando a comunidade participa na formação de grupos de trabalho para alcançar objectivos predeterminados, comunidade não envolvida no processo de planeamento, sendo que a maior parte das decisões são tomadas pelos promotores do projecto;
- vi) *Participação interactiva*– quando a comunidade participa na análise que conduz aos planos de acção e fortalecimentos das instituições locais existentes. O grupo leva o controlo sobre as decisões locais e a comunidade mantém as estruturas e práticas locais;
- vii) *Auto-mobilização* – a comunidade participa na tomada de iniciativas, independentemente das instituições locais ou externas para mudanças sistemáticas.

A comunidade no seu agir desenvolve contactos com instituições externas de modo a obter conselhos sobre técnicas que necessita e também mantém controlo sobre os recursos usados em seu nível. Os níveis de participação apresentados por Pretty (1995), demonstram que há várias formas em que os actores podem participar, tais são os casos da participação passiva, informativa, interactiva, consultada sobre determinado assunto. Para avaliar o nível de participação dos munícipes do DMKM no período de 2015-2016, recorreu-se à clássica escala de Sherry R. Arnstein, elaborada em 1992, de modo a que se explicasse melhor os processos de envolvimento dos cidadãos no processo de planificação nos Estados Unidos, escala esta que ainda hoje é considerada um modelo de suma importância para a compreensão do fenómeno político da participação.

De acordo com Sherry R. Arnstein (1992), a escala subdivide-se em oito níveis em que o autor supracitado, explica que só nos últimos três níveis é que se admite estar num quadro efectivo de participação, não reconhecendo a informação, nem a consulta e tão menos a

<<conciliação>>, se não desembocarem num processo de co-decisão e co-gestão, um carácter sério de mobilização da cidadania. Abaixo encontra-se a escala, subdividida em três graus:

**1. Graus de poder do cidadão:**

- 8º Controlo dos cidadãos (*Citizen control*)
- 7º Delegação de poder (*Delegated power*)
- 6º Partenariado (*Partnership*)

**2. Graus de simbolismo:**

- 5º Conciliação (*Placation*)
- 4º Consulta (*Consultation*)
- 3º Informação (*Informing*)

**3. Graus de não participação:**

- 2º Terapia (*Therapy*)
- 1º Manipulação (*Manipulation*).

i) *Manipulação* e ii) *Terapia*. Os dois são não participativos. O objectivo é << curar>>9 ou <<educar>> os participantes.

iii) *Informação*

O primeiro passo mais importante para legitimar a participação. Mas a ênfase é colocada com frequência numa informação unidireccional (*one way*). Não existe canal para *feedback*.

iv) *Consulta*

Corresponde à pesquisa de comportamento, encontros de moradores e inquéritos públicos. Mas Bilhim ainda acha que isso representa apenas uma vitrina e pode ser confundido com um ritual.

v) *Conciliação*

Toma como exemplo, captação de pessoas escolhidas cuidadosamente para as comissões. Permite aos cidadãos opinar ou planificar *ad infinitum*, mas retém, para os detentores do poder o direito de julgar a legitimidade ou plausibilidade da opinião. Arnstein não considera

em si mesmas a informação, a consulta, ou a << conciliação >> como formas de participação verdadeira. Por isso esses três patamares representam o domínio do simbólico.

vi) *Parceria*

O poder está no facto redistribuído por meio da negociação entre os cidadãos e os detentores do poder. As responsabilidades do planeamento e das tomadas de decisão são partilhadas, por exemplo, através de comissões conjuntas.

vii) *Delegação de poder*

Os cidadãos detêm uma clara maioria de lugares nas comissões com poderes delegados para tomar decisões. O público tem agora o poder para assegurar a *accountability* do programa que lhes é destinado

viii) *Controlo dos cidadãos*

Os cidadãos gerem por completo a tarefa de planificar, tomar decisões e dirigir um programa, por exemplo, uma comissão de moradores dotada de fundos.

#### **2.1.4. Tipos de Envolvimento Directo dos Cidadãos**

Koryakov & Sisk (2003) citados por Bilhim (2004, p. 73) distinguem quatro tipos de envolvimento directo dos cidadãos: a) Recolha e partilha da informação, b) Consulta, c) Elaboração das políticas e processo de decisão, d) Implementação conjunta.

Salienta-se, ainda, que a análise feita por outros autores sobre o papel que as autoridades locais têm a desempenhar na democracia participativa, verifica-se que o responsável político deverá agir como um advogado capaz de circunscrever o problema e procurar a solução em conjunto, um mediador entre os diferentes grupos da sociedade civil, um mero ouvinte ou um árbitro, ou um facilitador.

As propostas que estão no sentido do aumento da participação dos munícipes não deixam de levantar fortes obstáculos, os quais se centram na:

- a) Lentidão na tomada de decisões;
- b) Ausência de valor acrescentado da decisão;
- c) Favorecimento dos grupos de interesse mais fortes ou organizados;
- d) Sobrevalorização das medidas de curto prazo;
- e) Erosão nos protagonistas por excelência da democracia representativa: os partidos políticos, alimentando a desconfiança nas instituições tradicionais.

Estes males andam aqui associados à participação organizada, formal dos munícipes tais como: os referendos a iniciativa legislativa popular, os conselhos consultivos e as audiências públicas (entre outras). Após as conceitualizações trazidas pelos autores no concernente à participação, pode-se afirmar que é um termo com diversas formas de envolvimento e interpretação pelo cidadão nas actividades políticas dependentes do contexto em que são aplicadas, e que devem ser inovadas dentro da prática democrática.

#### **2.1.5. Princípios de Participação Política em Moçambique**

O Governo definiu três princípios fundamentais para organização da consulta e participação em Moçambique, nomeadamente: participação, representatividade e diversidade.

- Princípio de participação – este princípio toma em consideração que os órgãos de participação comunitária devem ser baseados num processo pelo qual as pessoas, especialmente as mais desfavorecidas, influenciam nas decisões que lhes afectam, ou seja, o processo de consulta e participação deve trazer para o processo de decisão as preocupações de todas as pessoas que queiram ser ouvidas, o que implica abrangência, equidade e respeito pelas formas de organização legítimas existentes, desde que não se contradigam com as leis vigentes no país.
- Princípio de representatividade – este princípio estabelece que os órgãos de consulta de participação devem representar segmentos específicos da população do distrito quer na base geográfica das várias localidades, bem como na base social dos vários grupos populacionais e de interesses.
- Princípio de Diversidade – este princípio pressupõe que a composição dos órgãos de participação deve reflectir, em geral, a constituição da população local, em termos de género, idade, classe social, etc. Em suma, pode-se afirmar que o conselho local assenta no princípio da igualdade de tratamento dos cidadãos, direitos e diferenças, a transparência e o diálogo. Os diferentes actores e sectores das comunidades devem ser representados nos órgãos que planificam, implementam e monitoram a planificação e o desenvolvimento social, económico, e cultural das comunidades de acordo com os seus interesses.

Uma segunda abordagem ao estudo da participação foi desenvolvida por Alessandro Pizzorno, uma das mais ambiciosas construções teóricas até hoje identificadas no âmbito de uma teoria da participação. O centro de seu argumento situa-se no questionamento do modelo da centralidade como contraponto a esta, defende o modelo da consciência de classe, onde a participação seria produto da identidade política compartilhada pelos actores.

Deriva da construção do seu modelo, uma tipologia de participação alternativa aquela formulada por Milbrath, a qual, Pizzorno considera reducionista, por estar essencialmente ligada a realidade norte-americana, não conseguindo cobrir a sua expressão em outros contextos. Enfim, trata-se segundo Pizzorno, de conferir um “conteúdo mais geral” (1966, p. 125) as tipologias da participação.

Sua proposta de classificação, conforme apresentada, prevê quatro modalidades de seu exercício, as quais são divididas segundo o tipo de solidariedade dominante (se privada ou pública) e pelo contexto da acção (se estatal ou não). A primeira forma de acção “estatal” com “solidariedade política” seria o profissionalismo político. A segunda modalidade seria aquela com acção, também estatal, mas com “solidariedade privada dominante”. Nesse caso, tem-se a “participação civil na política.” Já onde impera a acção extra-estatal com solidariedade política, tem-se a participação através de movimentos sociais.

#### **2.1.6. Processo de Tomada de Decisão**

Considera-se processo decisório ou de tomada de decisão aquele que compreende as etapas que partem desde o princípio da decisão até a sua aplicação, dentro de um debate consultivo de forma racional para que se chegue a uma decisão acertiva.

O processo de elaboração de políticas públicas<sup>2</sup> costuma ser dividido para fins heurísticos, em três fases sucessivas -formulação, implementação e avaliação — que conformam um ciclo que se realimenta. Segundo essa divisão, a política é primeiro formulada, isto é, concebida no âmbito de um processo decisório pelos “tomadores de decisão”. Processo que pode ser democrático e participativo ou autoritário, com ou sem manipulação e controle da agenda dos actores com maior poder. Por vezes, o esforço do governo para a criação de condições para a participação é muito restrito, de maneira que o processo carece de legitimidade. Não é simples definir, mesmo em termos operacionais, um conceito útil de participação popular na

---

<sup>2</sup>O tempo políticas públicas deve ser aqui entendido como aquilo que o governo decide ou não fazer em sede de tantas opções discricionárias.

Administração Pública. Em sentido amplo, participar significa intervir num processo decisório qualquer (MODESTO, 1999 *apud* CHIAVENATO, 2004, p. 336).

A Teoria das Decisões nasceu com Herbet Simon que utilizou como base para explicar o comportamento humano nas organizações, a Teoria Comportamental concebe a organização como um sistema de decisões, onde cada pessoa participa racional e conscientemente, escolhendo e tomando decisões individuais a respeito de alternativas racionais de comportamento (CHIAVENATO, 2004, p. 347).

O processo decisório é do tipo participativo e consultivo porque as decisões específicas são delegadas aos diversos níveis hierárquicos e devem orientar-se pelas políticas e directrizes definidas pelo nível institucional para balizar todas as decisões e acções dos demais níveis e consultivo porque a opinião e os pontos de vista dos níveis inferiores são considerados na definição das políticas e directrizes que os afectam (CHIAVENATO, 2004, p. 348).

Para Maximiano (2009, p. 58), decisões são tomadas para resolver problemas ou aproveitar oportunidades. “O processo de tomar decisão começa com uma situação de frustração, interesse, desafio, curiosidade ou irritação. Há sempre um objectivo a ser atingido e apresenta-se um obstáculo, ou acontece uma condição que se deve corrigir, ou está ocorrendo um facto que exige algum tipo de acção, ou apresenta-se uma oportunidade que pode ser aproveitada”.

Certo (2005, p. 123) defende que decisão é a escolha feita entre duas ou mais alternativas disponíveis e que “tomada de decisão é o processo de escolha da melhor alternativa,” ou a que mais beneficiará a organização.

Segundo Bilhim (2004, p. 58), para que haja o processo decisório, é necessário que o ser humano na realização de toda e qualquer tarefa na sociedade ou nas organizações, procure agir de acordo com modelos construídos ao longo do tempo, ou seja, ao longo da sua vida (experiências e vivências).

O processo decisório deve ser conduzido de maneira organizada e estruturada para atingir os seus objectivos. Para isto, primeiro foram apresentados os processos de tomada de decisão, ou seja, um método de agir, um método para se tomar as decisões, que irão fundamentar e transformar a escolha num processo puramente racional, trazendo clareza sobre o problema, objectivo, critério e resultados esperados ao se decidir (KRYSA s.d *apud* BILHIM, 2004, p. 60).

Para Lobo (1989), a transparência no processo decisório é fundamental na descentralização, na medida em que redirecciona núcleos de poder até então localizados centralmente. Neste caso, sem a participação directa dos envolvidos, governo estadual e municipal, nas etapas decisórias, dificilmente ter-se-á o compromisso e a cumplicidade necessária para levar adiante mudanças que alterem profundamente as regras até então estabelecidas.

Bobbio (1986) esclarece que quem está autorizado a tomar as decisões colectivas na região são os conselheiros, ou seja, o Secretário Regional, os Prefeitos, os Presidentes das Câmaras Municipais e os Representantes da Sociedade, em reuniões do colegiado, sendo esta a regra estabelecida.

Segundo as definições trazidas pelos autores o processo decisório é o caminho pelo qual os tomadores de decisão, de forma racional percorrem durante o exercício das suas funções para prossecução dos seus interesses de forma cabal e correcta. É um processo pelo qual é eleita a melhor alternativa entre várias como a mais acertada.

#### **2.1.7. As Cinco Etapas do Processo de Tomada de Decisão**

Segundo Certo (2005), tomar decisão é um desafio para gestores de todas as áreas em todas organizações.

1ª etapa- Identificação do Problema - toma em consideração que há necessidade de se identificar a natureza da questão a ser resolvida.

2ª etapa- Colecta de dados – diz respeito a colecta de dados que darão fundamento para a tomada de decisão, deste modo a intenção é fazer um diagnóstico e uma análise da situação e descobrir em que contexto o problema identificado na etapa anterior está inserido.

3ª etapa- Identificação das alternativas - antes que se tome uma decisão é importante identificar e analisar quais são as alternativas disponíveis.

4ª etapa- Escolha da melhor alternativa – a escolha da alternativa mais adequada para que se enfrente o problema é uma das mais importantes etapas do processo de tomada de decisão. Daí a necessidade de se traçar possíveis cenários para cada alternativa, como modo de prever resultados.

5ª etapa- Decisão e acompanhamento– depois de avaliar as alternativas e suas respectivas consequências, os dados apurados com as pesquisas ajudam a tomar a melhor decisão.

### 2.1.8. Orçamento Participativo

As experiências do Orçamento participativo (OP) inauguradas nos anos de 1980 e que se alastraram por todo mundo, inspiram o desenvolvimento de uma vasta literatura sobre o assunto. A maior parte desta literatura aborda, não somente as mutações das modalidades de governação, da complementaridade das práticas da democracia clássica eleitoral e representativa, mas também das modificações das relações entre os governados e governantes, da colaboração e implicação das comunidades na elaboração das agendas públicas e dos modelos contemporâneos de gestão pública.

O OP, para além de ser um instrumento de planificação participativa, é também um dispositivo, uma arena, um espaço de aprendizagem democrática no qual os governantes elevam sua credibilidade de gestão de sociedade, e os cidadãos apreendem e legitimam as acções governamentais a partir das suas acções colaborativas, instaurando-se assim uma “democracia quotidiana”, importante para a melhoria da qualidade da governação e do desenvolvimento urbano.

O OP não é somente um modelo de co-produção de serviços, mas é uma forma inovadora de legitimação da acção pública. Em países com uma cultura democrática enraizada, a apropriação dos mecanismos de OP tende a ser mais flexível, o que eleva não só as práticas de transparência e *accountability* pública das autoridades governamentais, mas permite o envolvimento (com motivações de auto-satisfação dos cidadãos). E em países como África do Sul (antigo sistema *apartheid*) ou Moçambique (transição de regime autoritário), as lógicas de apropriação do OP tendem a ser mais lentas, mas algumas vezes podem participar na recomposição dos regimes autoritários.

De acordo com Sanhéz (2002, pps. 13-14), ao que tudo indica, o surgimento do OP foi a primeira experiência ocorrida na sociedade contemporânea em que uma administração local, nascida de lutas sociais e de um partido popular e socialista como o Partido dos Trabalhadores (PT), criou um mecanismo de gestão democrática e participativa das políticas públicas para decidir a melhor alocação dos recursos. O surgimento do OP configura uma nítida ruptura com o clientelismo na política brasileira, principalmente com a tradição política fortemente marcada pelo patrimonialismo e pelo autoritarismo burocrático. O PT tem sido identificado como o principal agente dessa inovação democrática e institucional. A maioria dos partidos brasileiros tem reagido com críticas e oposição à difusão da experiência do OP neste país. O

OP tem se configurado como proposta dos sectores de esquerda, críticos à organização tradicional da política do Brasil.

E Segundo Chichava (2008, p. 2), o OP não é perfeito e nem tem pretensão de ser, muito menos um modelo acabado, tendo os seus limites e sendo vulnerável á mudanças de governo, o OP é uma resposta à marginalização dos cidadãos pois permite a participação, autoformação e a aquisição de “competência política de um todo”. O OP contribuiu para uma sensível redução do clientelismo e corrupção que caracterizavam o universo político brasileiro. O autor acredita que o mesmo é promissor para Moçambique. Santos (2002, p.23) olha para o OP como estrutura e processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre investimentos públicos municipais e assenta em três princípios fundamentais, nomeadamente:

- a) participação aberta dos cidadãos, sem discriminação positiva atribuída às organizações comunitárias;
- b) articulação entre democracia representativa e directa, que confere aos participantes papel fulcral na definição das regras do processo;
- c) definição daquilo que são as prioridades de investimento público processadas de acordo com critérios técnicos, financeiros e outros de carácter mais geral que se prendem sobretudo com as necessidades sentidas pelas pessoas.

E para Santos (2008), o OP pode ser definido como modelo de gestão de Orçamento de um dado município ou freguesia, dado que a experiência se reproduz a nível local, que inverte as relações tradicionais, relações político-sociais, de produção de decisões relativas a políticas públicas.

Dando privilégio com esta inversão, relações a respeito da produção de decisões com efeitos propriamente políticos, projectadas da base para o topo, é nesta base de *down-top* onde se encontra a essência do OP e co-extensivamente da própria democracia. A credibilidade do OP institue-se nesse *down-top*, pois promove a reprodução destas relações, privilegiando o cidadão enquanto portador de direitos inalienáveis.

Assim sendo o OP por si só não tem uma definição consensual, todavia, neste trabalho deve ser entendido como um processo sequenciado, o qual visa a inclusão do cidadão enquanto portador de direitos e deveres em fóruns de participação inseridas no contexto da democracia participativa.

### 2.1.9. OP em Moçambique

Em 2004, houve uma tentativa de realizar um OP em Maputo que não teve muito sucesso pois foi abandonado. No entanto, no ano de 2008 foi introduzido em Maputo o OP que foi considerado pelo governo municipal como uma estratégia de governação importante na contribuição para redução da pobreza. O processo de participação no OP de 2008 serviu de exemplo para descrever como este funciona no Município da Cidade de Maputo. Com a participação dos cidadãos na tomada a decisão sobre investimentos anuais do município. Com base numa democracia directa, os cidadãos são capacitados a decidir sobre um valor no máximo de 15% do orçamento municipal (excluído o capital estrangeiro investido no contexto do PROMAPUTO).

Para o exercício do ano de 2009, isto significava quase (43 milhões de Meticais) para o OP. Este valor foi distribuído aos sete distritos urbanos de acordo com uma fórmula. Os critérios para essa fórmula tomaram em conta o número da população, a extensão da área do distrito, o grau de infra-estrutura básica e, finalmente, o factor do desempenho fiscal do distrito em relação ao ano de 2008 (CEURBE, 2017). Esta fórmula devia garantir que as zonas mais desfavorecidas recebessem uma atenção especial e pudessem decidir sobre a maior parte dos fundos de investimento. Assim, por exemplo, o Distrito 1 (centro) recebia menos que todos os outros, cerca de (3 milhões de Meticais) enquanto para o Distrito 5 era disponibilizado o correspondente ao triplo deste valor (quase 9,3 milhões de Meticais).

O processo do OP é composto por várias etapas e tomadas de decisões a vários níveis do município sob a orientação de um ou dois funcionários do departamento de execução do OP, o processo de decisões inicia-se no nível mais “baixo” nos bairros através de uma democracia directa, os moradores elegem dois delegados os quais juntamente com o secretário do bairro devem representar a lista de prioridades de investimento (três pontos) do bairro a nível do distrito.

Em 2008 participaram no total mais de 70.000 (setenta mil) cidadãos neste nível, tendo o número de cidadãos variado significativamente entre os bairros somente 9 participantes do Bairro Central “B”no Distrito 1, e 32006 (trinta e dois mil e seis) participantes do Bairro Nkassane na Catembe. O que chama atenção é que, nos bairros da chamada cidade de Cimento (ver artigo Ammering & Merkleim 2010) e na Ilha de Inhaca, participaram em média menos pessoas, no total 46,5% dos participantes eram mulheres, num cenário em que as mulheres representam 51,3% da população de Maputo (INE 2009).

As propostas dos investimentos mais eleitos foram a renovação das estradas (eleita em 32 bairros), a expansão da iluminação pública, sendo que em alguns bairros esta prioridade foi eleita juntamente com a introdução do sistema pré-pago de fornecimento de energia (o chamado Credelec) e o abastecimento de água (25 bairros, quase metade elegeu a abertura de poços).

O passo a seguir, a nível dos distritos foram apresentadas as listas de prioridades de cada bairro. Os delegados dos bairros elegeem juntamente com os secretários dos bairros três medidas que devem ser implementadas no distrito. Os funcionários do conselho municipal acompanham e coordenam o processo. Também esclarecem quais são os projectos já planificados e garantidos pelo conselho municipal. Na escolha das três medidas são consideradas, principalmente, aquelas que trazem benefícios para vários bairros e que não excedam os valores máximos calculados através da fórmula anteriormente descrita. Para fazer o acompanhamento das prioridades a nível da cidade, são eleitos representantes. Os delegados elegeem dois representantes das suas fileiras e os secretários dos bairros elegeem um representante.

## 2.2. Ciclo do Orçamento Participativo

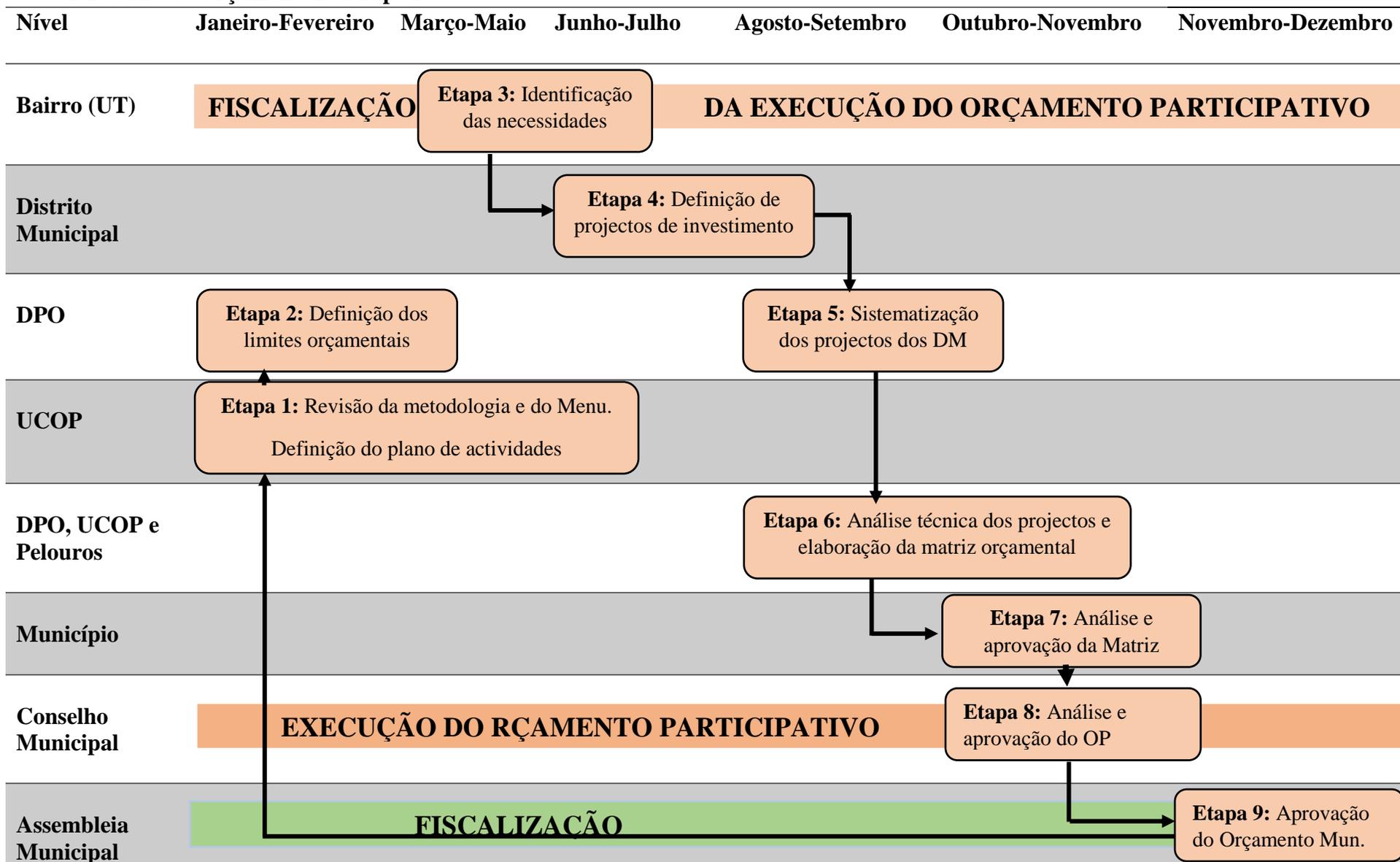


Figura 1: Ciclo do Orçamento Participativo

Fonte: CMM, Apresentação do Relatórios actividades realizadas no Orçamento participativo (1ª a 6ª edição), Maputo: CMC, Julho de 2015

### 2.2.1. Actores Envolvidos e Coordenação Institucional na Implementação OP de Maputo

**Segundo a** CEURBE (2017, p. 13), o OP é geralmente estimulado pelo CMCM, porém a sua ocorrência efectiva depende de outros actores envolvidos no processo, nomeadamente:

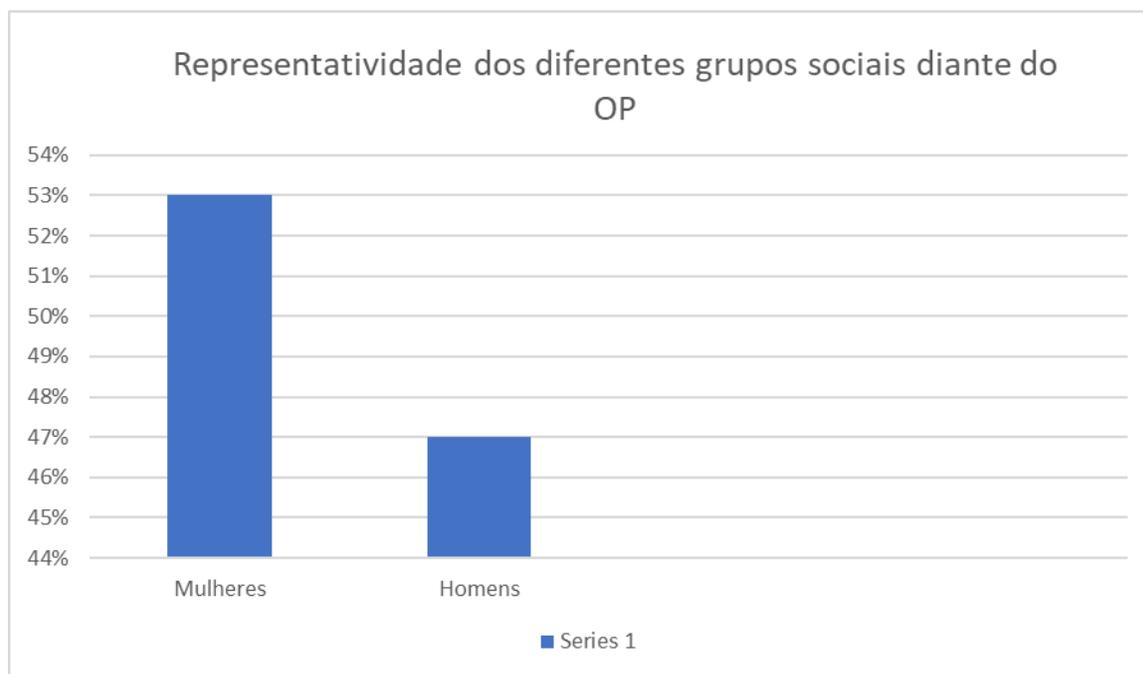
- a) Equipe técnica do OP;
- b) UGEA do Conselho Municipal;
- c) Equipes técnicas nas vereações;
- d) Vereadores;
- e) Secretários de bairro;
- f) Chefes de quarteirão;
- g) Assembleia municipal;
- h) Técnicos dos diferentes sectores das áreas abrangidas pelos projectos eleitos pelos munícipes;
- i) Grupos de monitorias locais etc.

Para que o OP funcione de forma eficaz, estes actores devem estabelecer ligações verticais e horizontais. Sendo a coordenação vertical a que liga o conselho municipal e as respectivas vereações; e a horizontal estabelece conexões não só entre o Conselho Municipal e a Assembleia Municipal, como também com os serviços desconcentrados (Direcções de Saúde e Educação da Cidade, etc.) que operam a nível do Município. Assim, apesar das directrizes do OP serem claras quanto às atribuições do Município, o atraso na aplicação do regime jurídico das transferências de funções torna a coordenação institucional complexa.

### 2.2.2. A Representatividade dos Diferentes Grupos Sociais Diante do OP

Geralmente, a representatividade social dos diversos grupos sociais dentro de um bairro tem um poder estruturante na definição dos projectos prioritários. A natureza dos projectos votados e implementados nos bairros informa significativamente sobre o perfil sociológico dos participantes nas reuniões de eleição e as suas interacções que variam em função da distribuição assimétrica dos capitais políticos, tais como o género, o nível de educação e a maioria. O gráfico 1 demonstra que as mulheres (53%), são o grupo social com maior representação relativamente aos homens (47%).

**Gráfico 1: Representatividade dos Diferentes Grupos Sociais**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2021)

A presença massiva das mulheres é um indicador que o OP tem sido apropriado como um espaço de “opinião pública plebeia” e como uma alternativa aos espaços públicos de dominação masculina. Numa outra abordagem concernente a faixa etária dos participantes, os dados indicam que as reuniões de OP são espaços de dominação baseados na senioridade, isto é, a maioria dos participantes nas sessões são adultos entre os 35 a 59 anos de idade e, por consequência, a juventude, como em quase todos os outros processos participativos no País, ocupa um lugar subalterno.

Como se pode observar, os jovens representam 35% dos participantes dos quais 43% adultos e 22% idosos. Em grande número o total da população adulta não jovem representa 65%. Contudo se os jovens são o grupo social maioritário e informado nos espaços urbanos, por outro lado são o grupo social sub-representado nas reuniões, como consequência dessa sub-representação dos jovens, mesmo constituindo a maioria do bairro, a maior parte dos seus projectos são reprovados.

### 2.2.3. Teoria de Base

Para avaliar o nível de participação dos munícipes do DMKM no período de 2015-2016, recorreu-se à clássica escala de Sherry R. Arnstein, elaborada em 1992, de modo que se explicasse melhor os processos de envolvimento dos cidadãos, no processo de planificação nos Estados Unidos, esta escala até hoje é considerada um modelo de suma importância para a compreensão do fenómeno político da participação.

A escala subdivide-se em oito níveis em que o autor aqui citado sustenta que só nos últimos três níveis é que se admite estar num quadro efectivo de participação, não reconhecendo a informação, nem a consulta e tão menos a <<conciliação>>, se não desembocarem num processo de co-decisão e co-gestão, um carácter sério de mobilização da cidadania. (BILHIM, 2004, pps. 58-60).

## CAPITULO III: METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, foram usados diversos métodos e técnicas cuja escolha deve-se à natureza, características e objectivos do próprio estudo. “Metodologia é o caminho a ser percorrido na pesquisa” (PRODANOV & FREITAS, 2013, p.24). Nesta etapa, também conhecida como procedimentos metodológicos, o pesquisador, após ter caracterizado o problema, elaborado os objectivos e definido o quadro teórico, delineou os procedimentos (métodos) e as técnicas (materiais) a que foram seguidos na pesquisa.

### 3.1. Caracterização da Pesquisa

Quanto à natureza a pesquisa é básica<sup>3</sup>, pelo facto de esta buscar o progresso da ciência sem, contudo, preocupar-se com a aplicação prática dos resultados. Quanto à forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa<sup>4</sup>. A pesquisa qualitativa permitiu a organização das informações não quantificáveis deste estudo a partir da amostra disponível. Quanto aos objectivos a pesquisa é descritiva<sup>5</sup>. A pesquisa descritiva permitiu descrever os factores que ditaram o nível da participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o OP nos anos 2015-2016 e suas implicações para o desenvolvimento da democracia participativa em Moçambique.

Quanto aos procedimentos técnicos, tem-se a pesquisa bibliográfica<sup>6</sup>. A Pesquisa bibliográfica proporcionou elementos que permitiram consultar os manuais, ao que concerne a produção bibliográfica da Participação, do Processo Decisório, da municipalização e de toda matéria a qual consta deste trabalho. Assim sendo, a materialização deste de trabalho de fim de curso, consistiu na leitura de obras e artigos nas revistas científicas de especialidade. Esta actividade foi efectuada nas bibliotecas Brazão Mazula, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Universidade Pedagógica,

---

<sup>3</sup>De acordo com Gil (2008, p. 45) a pesquisa básica “desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação directa com suas aplicações e consequências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser bastante formalizado e objectiva a generalização, com vistas na construção de teorias e leis”.

<sup>4</sup>Para Deslauriers (1991, p. 58) a na abordagem qualitativa “o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e objecto de suas pesquisas, o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado e que o objectivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações”.

<sup>5</sup>De acordo com o autor supracitado (p. 28) pesquisa descritiva “têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

<sup>6</sup>De acordo com Fonseca (2002, p. 32) a pesquisa bibliográfica “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*”.

Biblioteca do ISAP, sem deixar de lado todo leque bibliográfico que aborda o tema supracitado encontrado nas plataformas electrónicas. Nesta senda, a pesquisa também usou a técnica documental<sup>7</sup>. Esta técnica permitiu a consulta das Leis usadas neste trabalho, de modo que fossem interpretadas com vista a enquadrarem-se nesta pesquisa.

### 3.1.1. Método de Pesquisa

Quanto ao método de procedimento a pesquisa adoptou o método monográfico<sup>8</sup>. O método monográfico permitiu estudar os indivíduos do DMKM para obter informações sobre seu nível de participação no processo de OP e chegar-se a uma finalidade. E no que tange ao método de abordagem usou-se o método hipotético-dedutivo<sup>9</sup>. Este método permitiu a observação de lacunas no que se refere ao processo materialização das decisões tomadas no âmbito do OP e permitiu ainda a elaboração de uma hipótese que foi submetida ao teste.

### 3.1.2. Técnicas de Recolha de Dados

Quanto às técnicas de recolha de dados a pesquisa usou a observação<sup>10</sup>, com efeito e para a presente pesquisa usou-se a observação directa ou activa<sup>11</sup>. Esta observação permitiu que a autora tivesse oportunidade de assistir a implementação do OP num dos pontos do DMKM, tratando-se neste caso da construção do Mercado do Bairro Laulane “A” no período entre 2015 – 2016. Na presente pesquisa também se usou a entrevista<sup>12</sup>, para este estudo usou-se a entrevista semi-estruturada<sup>13</sup>. A entrevista semi-estruturada permitiu entrevistar os funcionários do Departamento de Orçamentação do DMKM de modo que se percebesse o grau de envolvimento dos munícipes nos processos de auscultação no âmbito do OP. E por fim usou-se o

---

<sup>7</sup>De acordo com Severino (2007, p. 122) a técnica documental “é uma fonte de documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

<sup>8</sup>De acordo com Gil (2008, p. 18) o método monográfico “parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes”.

<sup>9</sup>De acordo com Marconi & Lakatos (2007, p. 28) este método se “inicia através de uma percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formulam hipóteses, e pela interferência dedutiva testa-se a predição das ocorrências de fenómenos abrangidos”.

<sup>10</sup>De acordo com Fonseca (2002) a observação é uma técnica que colecta de dados usada para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade.

<sup>11</sup>De acordo com Alves (2007, p. 103) a observação activa “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”.

<sup>12</sup>De acordo com Gil (2008) a entrevista é uma técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e lhe formula perguntas, com objectivo de obter dados que interessa a investigação.

<sup>13</sup>De acordo com o autor supracitado a entrevista semi-estruturada envolve duas pessoas numa situação de “cara a cara” e, que uma delas formula questões e a outra responde.

Questionário<sup>14</sup>. Este instrumento possibilitou a interacção directa com os munícipes do DMKM de modo que se obtivesse a sua opinião sobre o processo de auscultação no âmbito do OP. Importa afirmar que os métodos e técnicas não podem ser compreendidos separadamente uns dos outros, há uma forte interligação entre eles, uma vez que os mesmos complementam-se e preconizam um contacto permanente entre a análise da literatura e o trabalho de campo.

### **3.1.3. Delimitação do Universo da População**

Trata-se nesta fase do trabalho de identificar, ou por outras palavras, definir a amostra dentro do universo ou a população que se circunscreve ao estudo de caso. Assim sendo, Quivy e Campenhoudt (2008, p. 159) sustentam que para se levar a cabo um estudo sobre o funcionamento de uma determinada organização é necessário que a amostra seja constituída por unidades do conjunto considerado e esse conjunto chama-se população, que pode representar pessoas e/ou organizações ou objectos de qualquer natureza.

O universo, ou seja, a população desta pesquisa são todos munícipes do DMKM e todos funcionários do gabinete de projectos do DMKM, até a data da pesquisa.

### **3.1.4. Tipo de Amostragem**

Amostra é o subconjunto do universo ou população por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população. (Gil, 2008, p.90). Dada a natureza qualitativa da pesquisa, utilizou-se a amostragem não probabilística por acessibilidade e saturação, onde o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não se requer um elevado nível de precisão estatístico, (Gil, 2008, p.94).

Assim sendo, durante a recolha de dados no local de estudo foi seleccionado um número de amostra de 100 participantes, levando em consideração o nível de acessibilidade e saturação que se teve para obtenção de informação com os munícipes, os funcionários do DMKM e o Secretário do Bairro. No que concerne a distribuição da amostra, foi feita nos seguintes moldes:

---

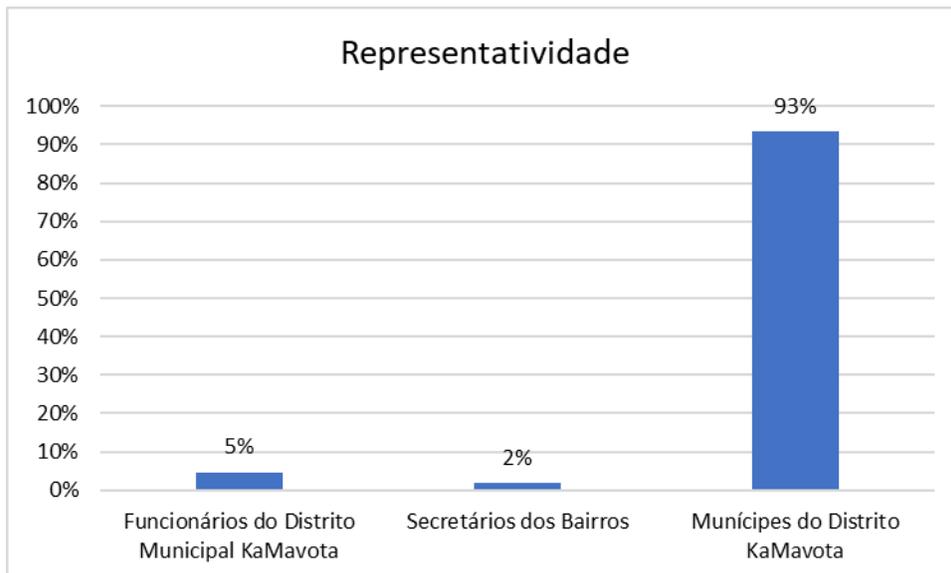
<sup>14</sup>De acordo com Gerhardt & Silveira (2009, p. 69) o questionário é um “instrumento de colecta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”.

**Tabela 2: Distribuição da Amostra da Pesquisa**

Elementos da Amostra	Número
Funcionários do Distrito Municipal KaMavota	5
Secretários dos Bairros	2
Munícipes do Distrito KaMavota	100
Total	107

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2021)

**Gráfico 2: Amostragem**



### 3.1.5. Operacionalização das Variáveis

Variável independente: Participação dos munícipes; Variável dependente: Tomada de decisão sobre o OP.

### 3.2. Limitação do Estudo

Durante a materialização da pesquisa em causa, a autora encontrou as seguintes limitações: no que concerne a fontes bibliográficas que abordem algumas matérias tratadas no trabalho;

- a) No local de estudo os técnicos algumas vezes apresentaram indisponibilidade de ceder uma entrevista a tempo útil;
- b) A Chefe de Quarteirão mostrou-se várias vezes indisponível a tecer alguns comentários sobre o estudo;
- c) A autora não teve acesso a todo portfólio relacionado com a participação e ainda;
- d) Durante as entrevistas houve dificuldades de compreensão sobre o OP por parte dos munícipes, dado que poucos tinham conhecimento.

## **CAPÍTULO IV: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Como o título sugere, este capítulo foca-se em apresentar, analisar e interpretar os dados recolhidos no campo de pesquisa referentes ao objecto da pesquisa, com intenção de submeter a hipótese a um teste empírico, constituindo, deste modo, a parte prática do trabalho. Assim sendo, encontra-se subdividido em três momentos: assim, o primeiro é composto pela descrição do local do estudo, o segundo momento faz a apresentação e análise de dados e o terceiro momento trata da interpretação dos dados colectados.

### **4.1. Caracterização do Distrito Municipal KaMavota**

O DMKM situa-se na Cidade de Maputo, que por sua vez, encontra-se no sul de Moçambique. A Cidade de Maputo possui uma área de 346,77 quilómetros quadrados e faz divisão com o Distrito de Marracuene, a norte; o Município da Matola a noroeste e oeste; o Distrito de Boane a oeste e o Distrito de Matutuine a sul, todas pertencentes à Província de Maputo. A Cidade de Maputo está situada a 120 quilómetros da fronteira com a África do Sul e 80 quilómetros da fronteira com a Suazilândia<sup>15</sup>.

#### **4.1.1. População**

Segundo os resultados dos Censos de 1997 e 2007, Maputo Cidade registou um aumento da sua população ao passar de 966, 837 habitantes em 1997, para 1.111,638 habitantes. Neste espaço de uma década (10) anos Maputo Cidade observou uma taxa média anual de crescimento de 1.4% contra 2.7% registado a nível nacional. Este crescimento corresponde a um aumento de 144,801 habitantes ((INE, 2015).<sup>16</sup>

#### **4.1.2. Limites do Distrito Municipal KaMavota**

A Norte com o Distrito de Marracuene, partindo da ponta de Macaneta por uma linha imaginária até a Costa, por um carreiro e pela Estrada do Limite entre o Município de Maputo e a Província de Maputo até um ponto no entroncamento com a Av. Cor. Gen. Sebastião Mabote; a Sul com o Distrito Municipal KaMaxaquene pela Rua 4.500, por uma linha imaginária que atravessa sucessivamente uma casa de construção espontânea, um caniçal, Campo de Golfe, um

---

<sup>15</sup><https://pt.wikipedia.org/wiki/Maputo#Geografia>

<sup>16</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maputo>

canavial/bananal e pela Av. Acordos de Lusaka; a Este com a Baía de Maputo; a Oeste com o Aeroporto Internacional de Maputo e Distrito Urbano de KaMubukwana pela Av. Das F.P.L.M, pela Rua 4.865, por um caminho e por uma linha imaginária que atravessa uma casa de construção espontânea e uma canavial/bananal. Com uma população total de 323.394 habitantes, dos quais são homens e mulheres (CEURBE, 2017). O distrito é composto pelos Bairros: Mavalane A; Mavalane B; F.P.L.M; Hulene A; Hulene B; Ferroviário; Laulane; 3 de Fevereiro; Mahotas; Costa do Sol; Albazine; Ilha da Xefina do Meio e Ilha da Xefina Grande.

De acordo com o Eng<sup>o</sup>.Walzi (2021), o DMKM funciona com as seguintes direcções: 1. Administração do Distrito Municipal KaMavota; 2. Direcção Distrital de Saúde; 3. DIC-Distrital; 4. Direcção Distrital de Educação; 5. Direcção Distrital de EDM; 6. Serviços Distritais da FIPAG; 7. Direcção da Juventude e Desportos; 8. Direcção de Agricultura; 9. Governo da Cidade de Maputo; 10. Comité Distrital do Partido Frelimo; e 11. Direcção Distrital da Mulher e Acção Social.

#### 4.1.3. Estrutura Organizacional do Distrito Municipal KaMavota

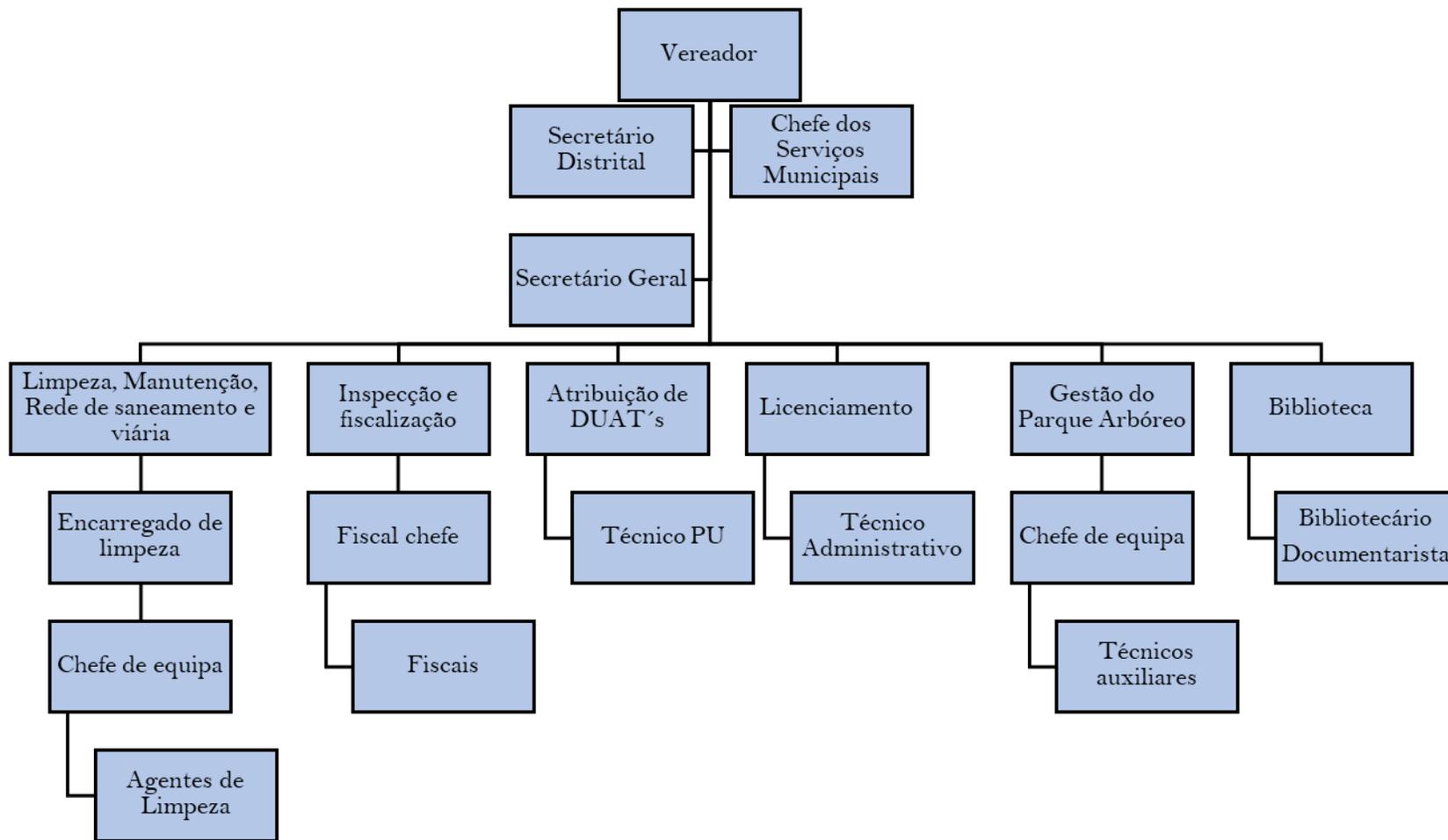


Figura 2: Estrutura Organizacional do DMKM

#### 4.2. Nível de participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre OP (2015-2016)

Importa analisar o nível de participação dos munícipes neste processo. Há dois pontos de vista importantes: o primeiro é do DMKM que se sente agastado com a fraca participação mesmo diante dos esforços que o mesmo tem vindo a desenvolver para que haja inclusão social neste processo, de modo a sortir os resultados desejados para o bem-estar e crescimento do DMKM, no que concerne a provisão de serviços básicos à população. O DMKM diz que tem sido as mesmas pessoas a participar, em todas edições do OP, pessoas estas que fazem parte da equipe do DMKM, Chefes de Quarteirão, seus devidos secretários ou pessoas que residem com estes, tal tem sido o caso dos filhos, marido ou esposa, noras etc.

O segundo ponto de vista, pertence aos munícipes que na sua maioria nunca ouviram falar, alegam que as reuniões do Bairro na maior parte das vezes tratam de assuntos domésticos, assuntos do partido, assuntos da OMM, o que faz com que muitos homens não participem, muitas donas de casa encarreguem seus filhos, e muitos se sentem desmoralizados para tomarem parte do processo de decisão de forma efectiva. De forma significativa, estes dois (2) pontos de vista concorrem para um nível fraco de participação no seio dos cidadãos do DMKM no que concerne ao processo de tomada de decisão sobre o OP. Dado que, na escala de Sherry R. Arnstein este dilema, encontra-se no 2º Grau de simbolismos, nomeadamente: a conciliação(*placation*), consulta (*consultation*) e informação (*Informing*) e no 3º Grau, que é o grau da não participação, dado que é caracterizado pela: Terapia(*Therapy*) e Manipulação(*Manipulation*).

A Conciliação, a Consulta e a Informação são mecanismos que o DMKM vem fazendo, de modo a legitimar a participação, de modo a pesquisar o comportamento dos munícipes e de forma a captar opinião e a planificar com os munícipes, estas são tratadas como mero simbolismo e não como realmente se deveria tratar de uma participação verdadeira. A Manipulação e Terapia, os dois são não participativos. O objectivo é “curar” ou “educar” os participantes. E o motivo da escolha da Teoria de Arnstein é pelo facto de este modelo de medição e de participação apresentar diferenciação entre aqueles que têm o poder e aqueles que não tem o poder.

#### 4.2.1 Processo de Orçamentação Participativa no DMKM nos anos 2015-2016



*Figura3.*

**Fonte:** *Dados da Pesquisa (2021).*

O Processo do OP, compreende seis (6) fases, nomeadamente: Preparação do Processo, Divulgação e mobilização pública, Definição de projectos prioritários, Análise e validação técnica, Aprovação do plano e orçamento e Avaliação global do processo. Para que se efective a participação é importante que os munícipes, juntamente com o DMKM, a UGEA entre outros actores envolvido, participem conjuntamente, de forma a tomar decisões que permitam que o DMKM desenvolva socialmente, politicamente, economicamente e financeiramente.

Desta forma, pode-se observar o seguinte, no que respeita o nível de participação dos munícipes em cada etapa do processo de Orçamentação participativa:

a) Preparação do Processo: consiste em organizar todo ciclo do OP, primeiro a nível do CMCM e depois a nível do DMKM; nesta etapa foi possível notar que havia sim interação, todavia foi somente a nível do CMCM e o DMKM, pois as duas instituições nos anos 2015-2016 interagiam de forma a organizar todo o Ciclo de OP, a nível do Topo que é o CMCM, onde primeiro se

aprova o OP e depois a nível dos distritos municipais, para o caso concreto o DMKM, só depois é que os municípes foram informados.

b) Divulgação e mobilização pública: é nesta etapa, que o processo do OP é divulgado e mobiliza-se todo municípe do DMKM, através dos vários meios de comunicação; neste processo foi possível notar-se que a mobilização foi feita pelo DMKM por meio dos seus vários instrumentos de comunicação para os municípes, mais uma vez foi possível notar-se que o DMKM não trabalhou conjuntamente com os municípes, a informação partiu do topo para a base. Segundo alguns municípes, os mesmos sugerem que eles também façam parte da divulgação e mobilização pública juntamente com o DMKM para que haja maior interação, até no que concerne a tradução de línguas locais.

c) Definição de projectos prioritários: é nesta etapa em que são eleitos, pelos municípes, os projectos que lhes são prioritários, por meio de votação, sendo eleitos os mais votados para sua materialização, e os menos votados dependendo do Orçamento ainda podem vir a ser implementados; foi possível notar-se que quanto a participação, nesta etapa os municípes tomaram parte do processo de tomada de decisão sobre o OP juntamente com o DMKM, aqui o DMKM abriu espaço para a participação, pois o mesmo criou este fórum de debate e apresentou todo o programa do OP. Segundo o Secretário do Bairro de Laulane afirmou: “o DMKM mandou-nos chamar para avisar a todos os residentes que se escolhesse um projecto para a utilidade de todo o Bairro”.

d) Análise e validação técnica: nesta etapa a equipe técnica do DMKM, junto com a UGEA, fazem uma análise e validação dos projectos eleitos; mais uma vez foi possível notar-se que houve ausência dos municípes no processo, dado que os mesmos não fizeram parte da equipe técnica que analisou e validou os projectos eleitos, a análise e validação foi feita pelo topo.

e) Aprovação do plano e orçamento: nesta etapa é feita a aprovação de projectos mediante os recursos disponíveis; nesta etapa a equipe técnica é que aprova, solicita e recebe Orçamento, para a materialização dos projectos eleitos. Mais uma vez foi possível notar-se que os municípes não se fizeram sentir em mais uma das etapas de Orçamentação Participativa.

Joana Tembe (2020) afirmou: “depois que o DMKM teve o valor, veio nos informar que seria feito o projecto de reabilitação do mercado Laulane”.

a) Avaliação global do processo: nesta etapa é onde é feito o balanço de todo o ciclo do OP, por parte da equipe técnica, da UGEA do DMKM, entre outros actores envolvidos neste processo. E mais uma vez foi possível notar-se que os municípios não tomaram parte desta etapa.

Lúcia Sumbana (2020) “depois da construção do alpendre sanitário, fomos a inauguração e ficamos esperando de outro projecto”.

É possível constatar que os municípios não participam efectivamente de todas etapas do Ciclo do OP, o que permite que haja uma fraca participação no DMKM por parte dos mesmos. Segundo os municípios do DMKM, o Ciclo do OP, deve ser inclusivo e transparente desde a sua primeira etapa até a última etapa, de modo a consolidar a democracia participativa e reduzir a corrupção.

#### **4.2.2 Nível de participação dos municípios em cada uma das etapas do processo de Orçamentação Participativa**

O nível de participação dos municípios foi de suma importância para que se materializasse um dos nossos objectivos específicos da pesquisa.

a) Importa aqui referir que, quanto à participação dos municípios, na primeira etapa do Ciclo de Orçamentação Participativa, que é a Preparação do Processo, os municípios não fizeram parte deste processo, dado que a discussão foi somente a nível do CMCM e o DMKM.

b) Divulgação e mobilização pública: quanto ao processo de participação, os municípios não se fizeram presentes, mais uma vez constata-se que a mobilização e divulgação foi feita somente pelo DMKM, o que culminou com uma fraca adesão ao processo de Orçamentação Participativa.

c) Definição de projectos prioritários: quanto à participação, nesta etapa pode sim, afirmar-se que os municípios fizeram parte do fórum de discussão e aprovação de projectos do OP, que lhes fossem prioritários juntamente com o DMKM. Os que fizeram parte, nada reclamam quanto a sua participação.

d) Análise e validação técnica: quanto à participação dos municípios, pode afirmar-se que estes não se fizeram presentes nesta etapa, dado que é uma actividade exclusivamente da equipe técnica do DMKM.

e) Aprovação do plano e orçamento: quanto à participação dos municípes foi possível constatar que os mesmos não fizeram parte desta etapa, pois este processo foi exclusivamente da equipe do DMKM, porque o DMKM aprovou o plano Orçamental e pediu Orçamento para a execução dos projectos do OP.

f) Avaliação Global do Processo: quanto à participação nesta etapa foi possível constatar que, mais uma vez, os municípes não tomaram parte deste fórum de debate, para que se discutisse como correu o processo, o que pode permanecer nas etapas subsequentes e o que se pode mudar ou retirar, de modo a melhorar o processo, foi actividade exclusiva da equipe técnica do DMKM a UGEA, entre outros actores envolvidos.

Após debruçar sobre a participação dos municípes em cada etapa do processo de Orçamentação Participativa, constatou-se que os municípes só participam de uma etapa, a que diz respeito a escolha dos projectos prioritários, o que torna deficiente o processo de participação, transparência e *accountability*. Desta feita, verificasse um fraco nível de participação dos municípes em cada etapa do processo de orçamentação participativa.

#### **4.2.2 Mecanismos de Participação do OP no DMKM**

A implementação do OP no DMKM, já teve seis (6) edições, onde o processo abrange todos os municípes do Distrito, e os mecanismos de divulgação têm sido: reuniões de bairro, Jornais, Rádio, panfletos, e dispositivos eletrónicos. O OP só dá prioridades a projectos de pequena dimensão, onde se afirmou que cabe ao Orçamento Geral do Estado (OGE) materializar os projectos de grande vulto, a título de exemplo de projectos em que o OGE pode realizar: Construção de Hospitais, Escolas Secundárias, Estradas etc.

Para a materialização dos projectos referentes ao OP, de acordo com o Eng<sup>o</sup>.Walzi (2021), o DMKM solicita técnicos do CMCM para a materialização dos projectos eleitos, pois a equipa técnica do DMKM também tem seus recursos humanos, e também é acompanhada por entidades públicas e ou privadas que vencem por meio de concurso público, como por exemplo as construtoras/empreitadas, canalizadores, electricistas, pintores entre tantos técnicos existentes no mercado.

Cada projecto tem seu período de execução uma vez que houve situações em que não foram cumpridos os prazos, tendo passado os projectos de um ano para o outro. Tal foi o caso de muitas obras do ano de 2016, em que as obras só foram materializadas em 2017. É escolhido um distrito para o lançamento oficial do programa de OP, e é através dos secretários de bairro e vereadores que os demais tomam conhecimento.

Quando existe a verba, os vereadores são informados e de seguida os mesmos opinam quanto ao bairro durante as reuniões feitas às segundas-feiras. O dia das reuniões é onde se explica o que é o OP, quando existe verba para a materialização do OP, cada distrito organiza-se em grupos de bairros, onde são preenchidos os requisitos, explica-se e são retiradas as maquetes de projectos.

A verba do OP segundo o Eng<sup>o</sup>. Walzi (2021) é oriunda das receitas dos municípios, tais como: Imposto Predial Autárquico, Imposto de veículos, licenças, outros documentos tramitados dia-a-dia, cobranças, etc. O município consegue movimentar sua estrutura, pois é dependente do Orçamento do município. A verba também é retirada do OGE e do 30% do município, a verba também é proveniente de parcerias e doações.

Cada grupo apresenta propostas, havendo neste contexto quadros e urnas para a eleição de projectos. O projecto mais votado fica em primeiro lugar para a materialização. Em princípio são materializados quatro a cinco projectos. Os papéis são cortados em cubinhos (papeizinhos) e cada participante escolhe um projecto. De salientar que o projecto mais votado é o prioritário, e podem ser materializados os projectos que ficaram em segundo lugar.

Quanto ao grupo de monitoria, ele é composto por quatro (4) pessoas, que são: os fiscais do Bairro, para se certificarem se as obras estão a ser implementadas, os secretários do bairro reportam aos vereadores, neste momento os vereadores têm posição de “Chefe”. De salientar que este grupo de monitoria é eleito nas auscultações e não existe hierarquia, todos fazem o mesmo trabalho, o de controle, onde se candidatam cinco (5) ou dez (10) e são eleitos quatro.

Como se pode constatar, há vários mecanismos que o DMKM alega usar para a participação, tais como mobilização e divulgação porta-a-porta, reuniões, etc. O mecanismo que realmente tem sortido efeito é o das reuniões, apesar da fraca aderência por parte dos municípes.

#### 4.2.3 Grau de satisfação da participação dos Múncipes no DMKM em relação ao OP no processo de tomada de decisão (2015-2016)

A satisfação é um instrumento de avaliação, que fornece informação dos elementos críticos e fortes sobre a qualidade de prestação de serviços e a visão do público-alvo de forma a aprimorar a gestão e a qualidade de serviços. Nesta senda, quando se trata da participação dos múnicipes no processo de tomada de decisão, o DMKM tem a tarefa principal de assegurar a divulgação, a transparência, *accountability*, promover a cidadania por meio do OP para assegurar a participação efectiva.

Mas, de forma abrangente, uma grande parte dos múnicipes não tem sequer conhecimento da existência do OP, o que faz com que haja uma fraca participação nos processos de tomada de decisão sobre o OP, mesmo depois de evidenciar alguns esforços feitos pelo CMCM e DMKM, foi possível constatar que há uma fraca participação pelo que se comprova com as seguintes declarações:

- a) O DMKM sente-se agastado com o comportamento de alguns múnicipes:
- b) As reuniões têm decorrido em alguns sábados além disso os múnicipes alegam cansaço, tarefas, falecimentos, entre outros argumentos para não participarem do processo de tomada de decisão sobre o OP, enviam seus filhos que na maior parte dos casos são adolescentes e jovens, e na escolha do projecto prioritário, escolhem o que lhes convém, que muitas vezes não vai de acordo com o que seria optado pelos seus pais.
- c) E o secretário do bairro (2021) afirma que:

“Os poucos que tem conhecimento, nem sempre participam, e se participam, nem sempre vem as reuniões com frequência.

A Chefe de quarteirão não cedeu a entrevista afirmando o seguinte:

“Vai ter com o Secretário do bairro ele é quem trata destes assuntos de OP”

“Cheguei em 1990 e nunca ouvi falar do OP, nem do processo de tomada de decisão, quando oiço falar de reunião de bairro nem vou porque só se fala dos problemas do bairro” Maria Mondlane (2021).

Contudo, quanto ao grau de satisfação, constata-se que no DMKM existem vários munícipes que negligenciam a importância da sua participação sobre o OP por diversas razões que os mesmos alegam, e mais ainda existem os que nunca ouviram falar sobre o OP, mesmo diante da afirmação do DMKM segundo a qual existe uma participação efectiva nos processos de tomada de decisão sobre o OP. O que se pode perceber é que o grau de satisfação sobre a participação no seio dos munícipes é baixo.

#### **4.2.2.1. Resultados Alcançados com a Implementação do OP no DMKM (2015-2016)**

No CMCM a implementação do OP, teve lugar pela primeira vez em 2008, onde de forma particular aprovou-se, no DMKM, o OP em 2010 e que deu lugar a primeira edição do OP. Até então (no período em que se enquadra a pesquisa) o DMKM contava com seis (6) edições do OP. Como elemento primordial da democracia participativa contou-se sempre com a participação dos munícipes no processo de tomada de decisão. Tal como aprova a Lei 2/97.

O OP permitiu o melhoramento e desenvolvimento das infra-estruturas nos bairros, o que permitiu e atraiu mais os munícipes a efectuarem o pagamento dos impostos, com maior frequência, quando começou a vigorar o OP tinha uma verba de 1.500,000 (Um milhão e quinhentos mil meticais) que vigorou até o ano de 2015 mas notou-se que este valor não era suficiente para a materialização dos projectos prioritários, daí que em 2016 começa-se a usar o montante de 2.500,000 (Dois milhões e quinhentos mil meticais) com a finalidade de melhorar a execução de mais obras em tempo útil.

Quanto ao período de Execução, nem sempre foi possível cumprir com os prazos daí que muitos projectos foram implementados até ao ano de 2018, notou-se também a falta de verba como outro elemento que leva a materialização tardia dos projectos prioritários e a desistência de algumas construtoras durante a execução dos projectos.

Quanto aos resultados da participação, diante de todos esforços e mecanismos em que o DMKM vem desenvolvendo, foi possível notar uma fraca participação mesmo diante da melhoria de algumas infra-estruturas, dado que no âmbito da eleição são verificadas assinaturas fraudulentas nas listas de presença, pois uma pessoa pode assinar para múltiplas pessoas, o processo de mobilização e sensibilização é em grande parte ignorada pelos munícipes, os munícipes muitas

vezes são chamados para a escultação e para a inauguração de projectos prioritários, sendo mais uma vez ignorada a sua participação em todas etapas do OP no DMKM.

Com o OP foi possível erguer as seguintes infra-estruturas no DMKM, vide a Tabela 3.

**Tabela 3: Resultados Alcançados com OP**

Período	Nº de projectos	Projectos
2016-2017	17	Construção do parque de estacionamento, Construção de alpendre e sanitários públicos, construção de centro de informática Mahotas e EPC de Mavalane, compra de carteiras para a EPC de Laulane, Reabilitação do Mercado Mavalane e Mercado Laulane, Reabilitação da EPC de Hulene “A” e “B”, Reabilitação do Centro de Saúde dos pescadores (Construção de murro de vedação e rampa), Reabilitação da EPC de Combatentes, Construção do campo polivalente da FPLM e cobertura da mesma, construção de salão de eventos no bairro das mahotas e 3 de Fevereiro.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2021)

De acordo com Modesto (1999 *apud* CHIAVENATO, 2004, p. 336) “em sentido amplo, participar significa intervir num processo decisório qualquer”. Deste modo, no desenrolar da pesquisa constatou-se que quanto à participação, as plataformas de divulgação tem sido o Jornal, canais televisivos, meios electrónicos, panfletos, etc. É por meio destes canais que o município fica a par do lançamento do OP. O município afirma que a participação depende em grande parte de como a mensagem (convite) chega. Que geralmente por bairro esperava-se auscultações em massa, tal é o exemplo do que se esperava por reunião, de 120 a 150 pessoas para auscultar, pois o município diz que abaixo de 100 pessoas já considera falta de adesão e, infelizmente, é o que se tem verificado, mesmo diante dos esforços feitos DMKM para o maior envolvimento dos municípios no processo de tomada decisão sobre o OP. Mesmo tendo um baixo nível de participação nota-se que há a participação do cidadão neste processo.

#### **4.1.3. Constrangimento e Percepção Sobre do OP no Âmbito da Implementação das Políticas Públicas**

Na implementação do OP no DMKM, a participação dos munícipes no processo de tomada de decisão é de extrema importância dado que ocorre no âmbito da democracia participativa, onde é necessário que se observem todos os fóruns de inclusão e participação, contudo verificam-se obstáculos e constrangimentos, que fizeram com que em 2015-2016 o DMKM tivesse uma fraca participação no que concerne ao processo de tomada de decisão sobre o OP.

Assim sendo, quanto aos constrangimentos é importante referenciar que tanto os munícipes como o DMKM em si, sentem-se todos agastados na medida em que os munícipes nem sempre veem seus projectos eleitos a serem concretizados a tempo, e em alguns casos nem todos os que necessariamente julgam ser prioritários são realmente prioritários para maior parte da população e para este ponto o próprio DMKM na voz do Eng<sup>o</sup> Walzi (2021) respondeu o seguinte:

“muitas vezes nas reuniões de bairro, onde decorrem as auscultações os adultos enviam crianças e adolescentes a participarem, e o critério de selecção dos projectos prioritários não tem sido o mesmo, pois o adolescente, criança ou jovem faz as escolhas de acordo com as suas preferências entrando assim em choque com o adulto”.

Contudo os indicadores da fraca participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o OP, mesmo depois do DMKM ter implementado várias edições do OP, são números reduzidos de participantes nos processos de auscultação:

“As reuniões nunca chegam a se concretizar com o número desejado de munícipes” Quase sempre tem sido as mesmas pessoas a participarem, pois muitos não sabem e não tem tempo para estes assuntos do Distrito, relata-se aos vizinhos quando se chega à casa. Os vizinhos dependem do “ouve dizer” e a notícia se espalha em forma de fofoca”. A partir das citações acima, é notável que o processo de Implementação, processo decisório e o de avaliação sobre o OP, tem-se mostrado ineficiente para os munícipes bem como para o próprio DMKM. De acordo com o Eng<sup>o</sup>. Walzi (2021) os problemas inerentes a fraca participação dos munícipes são:

- O não acompanhamento das campanhas de sensibilização e divulgação do OP;
- A falta de interesse dos assuntos públicos;

- A falta de credibilidade sobre os projectos do OP;
- O mau uso e falta de conservação das infra-estruturas;
- A ignorância de certas pessoas sobre o OP;
- Meios ineficientes de divulgação e propagação do OP de forma abrangente.

Contudo, estes factores concorrem de forma conjunta para a ineficiência da participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o OP. Portanto, como anteriormente se afirmou que há uma insatisfação por parte do DMKM assim como por parte dos munícipes, importa nesta senda trazer os constrangimentos verificados, por alguns dos munícipes do DMKM, a destacar:

- Poucos munícipes têm conhecimento do OP;
- A poucos é dito sobre o OP;
- Poucos têm tempo para acompanhar as auscultações dado que muitas vezes decorrem em dias úteis, e para alguns o dia de sábado também é útil;
- Alguns alegam que os projectos têm uma execução lenta;
- Outros ainda dizem que com ou sem a sua participação sempre serão eleitos;
- Alguns pensam que o ciclo de OP tem haver com filiação partidária.

Desta forma é feita a constatação de aquilo que são os constrangimentos pelos dois lados que consolidam a democracia participativa, o lado dos munícipes e o lado do DMKM. A tabela 4, mostra a composição da equipa técnica do DMKM.

**Tabela 4: Composição da equipa do OP DMKM**

Nomes	Funções
Walzi Califa Chaca	Engenheiro de Construção Civil
Dércio Manhiça	Chefe dos serviços Municipais
Carlos Vilanculos	Coordenador do OP, adjunto do Director
Célia Cumbe	Coordenadora geral
Despedida Rita Bento	Vereadora do Distrito
Dr. Matusse, dr Manhiça, dr. Rui Mate	Chefes do Departamento do OP

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2021)

**Nota:** salientar que o Engenheiro e o fiscal é que fazem os relatórios, tudo em coordenação com a estrutura Local.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou a *Participação dos Municípes no Processo de Tomada de Decisão sobre o Orçamento Participativo no Distrito Municipal KaMavota* no período compreendido entre 2015-2016, procurando saber se havia ou não participação efectiva por parte dos municípes e os contributos que esta mesma participação trouxe diante daquilo que era o processo decisório sobre o OP, durante a implementação de todo ciclo Orçamentário.

Contudo, a participação dos municípes no processo de tomada de decisão celebrado em 2008 no âmbito do PROMAPUTO pelo CMCM, através de acordos bilaterais e multilaterais inclusive do Banco de Moçambique o OP abrange todos Distritos Municipais na cidade de Maputo, exceptuando o de KaNhaca, KaTembe e KaNfumo. Olhando para DMKM existem 11 Bairros e todos foram abrangidos pelo OP.

A partir da análise e interpretação dos dados recolhidos aquando da pesquisa, na prática foi possível se observar as seguintes: a participação dos municípes no processo de tomada de decisão no DMKM entrou em vigor na 1ª Edição do OP em 2010, como mecanismo de transparência, *accountability* e cidadania municipal para sanar os problemas de infra-estruturas e governabilidade por meio da descentralização.

Com a hipótese anteriormente estabelecida na pesquisa: *o não conhecimento do OP, a fraca participação em fóruns de debate municipal, a fraca divulgação, entre outras deficiências que o DMKV apresenta, constituem obstáculos a participação efectiva dos municípes no processo de tomada de decisão no período de 2015-2016*, concluiu-se que a mesma é validada, pois os dados da pesquisa fazem com que a mesma se confirme, mediante ao fraco nível de participação, em debates consultivos, quanto aos mecanismos de participação do OP no DMKM, a não participação nas reuniões de Bairro, os adultos no DMKM tendem a enviar seus filhos menores no processo de asculção, inventando desculpas para não se fazerem presentes, o DMKM é constituído maioritariamente por jovens que pouco se importam com a sua participação em fóruns de debate consultivo, um participante pode assinar a lista de presença por vários participantes que não se fizeram presentes ao debate. Quanto ao grau de satisfação, os municípes dizem que o DMKM não abre espaço para que o municípe participe de todo ciclo do OP, o

DMKM divulga o OP, ausculta e inaugura obras, os munícipes sentem-se desconfortáveis com a situação, dado que as suas necessidades nem sempre são tomadas em consideração.

Durante a campanha de divulgação do OP, alguns munícipes ignoram as informações, pois não sabem a importância de participar em processos de democracia participativa. No entanto a não participação dos munícipes no processo do OP traz consigo efeitos nefastos para a consolidação da democracia participativa. Uma população que não participa é uma população insatisfeita.

O DMKM afirma que a cada edição do OP tem feito vários esforços para maior grau de divulgação do OP para se observar maior participação dos munícipes, contudo sente-se agastado com os vários investimentos feitos para que isso aconteça e no campo observa uma fraca participação por parte destes. Há opiniões divergentes sobre a fraca ou a alta participação.

A exclusividade dos actos administrativos da UGEA, sobretudo a composição profissional dos membros de júri, restringe o espaço de participação e de acesso a informação aos beneficiários do OP, após a votação das suas prioridades.

Contudo verificam-se opiniões diferentes por parte dos funcionários, dos munícipes sobre a participação dos munícipes no processo de tomada de decisão, uma parte diz realmente haver um alto grau de participação, a outra não afirma o mesmo e os munícipes também tem opinião diferente sobre a participação.

## 6. RECOMENDAÇÕES

Durante a pesquisa foram constatados diversos problemas que fragilizam a participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o Orçamento Participativo no DMKM, nomeadamente: a fraca participação por parte dos munícipes, a falta de conhecimento do OP por parte dos mesmos, a fraca adesão por parte dos que tem conhecimento, fracos mecanismos de fóruns de participação, falta de instrumentos legais para todo processo de monitoria e avaliação, a não participação de todo ciclo orçamentário do OP, a falta de responsabilização, insuficiência de meios técnicos e políticos para a divulgação do OP e meios de participação, dentre numerosos desafios que encontramos aquando da pesquisa. Para sanar estes e demais problemas que constatamos aquando da pesquisa propõe-se as seguintes sugestões:

- A criação de um instrumento legal que sancione a equipa no caso dos munícipes não participarem de todo ciclo orçamentário do OP;
- Elaborar planos de reuniões elucidativos sobre as vantagens e desvantagens da participação bem como da não participação;
- Expansão de palestras de motivação a participação em ciclos de Orçamento Participativo;
- Fortalecer a equipa de monitoria e avaliação do OP no concernente à inclusão do munícipe em todo o ciclo orçamentário do OP;
- Melhoria da capacidade técnica dos órgãos municipais;
- Melhoria da insuficiência de infra-estruturas;
- Sensibilização da importância da participação no processo da democracia participativa;
- Uso do Marketing Público para atrair os munícipes para adesão do OP;
- Utilização de meios técnicos e políticos apropriados e abrangentes da divulgação do OP;
- Verificação minuciosa da presença dos munícipes e da respectiva lista de presenças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMSSON, Hans & NILSSOIN, Anders. *Moçambique em transição*. Um estudo da História de desenvolvimento durante o período 1974-1992, 1ª Edição. CEEI-ISR e PADRIGU, Maputo, 1994.
- ADALIMA, José. *Espaços criados ou reivindicados? Uma análise da Participação em Moçambique*, In CAP/UEM. Economia, Política e Desenvolvimento. Revista nº1. Volume.1. P.45-52, 2009.
- ALMEIDA, Maria Luiza do Carmo. *O Conselho Municipal de Assistência Social de Volta Redonda e o seu papel como instância de participação e controle social*. Tese de Bacharelato, Volta Redonda Julho de 2015.
- ALVES, Wanderson Ferreira. *A formação dos professores e as teorias do saber docente: contextos, dúvidas e desafios*, Universidade Federal de Goiás, V.33, nº,2007.
- ARBLASTAR, Anthony. *Democracia*. Lisboa Publicações, Europa-América, 2004.
- ARNSTEIN, Sherry R. “*A Ladder of Citizen Participation*”, JAIP, Vol. 35, 1969.
- BILHIM, João. *A governação nas autarquias locais*. Porto: Princípia, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Quê socialismo?* Barcelona: Plaza & Janés, 1986.
- BRADY, H.E. *Political participation*. In: Robinson, J. P., Measures of political attitudes. San Diego, CA: Academic Press, p. 737-801, 1999.
- BRETT, J.M. *Negotiating Globally, how to negotiate deals, resolve disputes and make decisions Across Cultural Boundaries*. New yorks: John Willey, 2001.
- CANHANGA, Nobre de J. V. “*Boa Governação: Contexto, Teoria, Prática e Desafios para a implementação da Monitoria da Acção Governativa.*”, Economia Política e Desenvolvimento, Vol. I, 2009.
- CANHANGA, Nobre de Jesus V. *Os desafios da Descentralização e Dinâmica da Planificação Participativa na Configuração de Agendas Políticas Locais*”. Conference Paper N°6. Maputo: IESE, 2007.
- CERTO, Samuel C. *Tomada de decisões*. 9ª ed. São Paulo: Pearson, 2005.
- CEURBE. *Orçamento Participativo: análise da implementação no Município de Maputo (2008-2016)*. Maputo: Diálogo, 2017;

- CHIAVEANATO, Idalberto, *Introdução a Teoria Geral de Administração*. Faculdade de Tecnologias e Ciências, Brasil, 2004
- CHICHAVA, Sérgio. *Participação Comunitária e Desenvolvimento: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique*. Maputo: INDL, 1999
- CHICVHAVA, Sérgio.: *Orçamento Participativo: Um instrumento da Democracia Participativa*, Boletim nº 3, IDEIAS, Maputo, 2008.
- CUNILL, N. *Participación ciudadana: Dilemas y perspectivas para la democratización de los Estados Latinoamericanos*. Caracas: Clad, 1991.
- DESLAURIERS, J. P. *Recherche qualitative-Guide pratique*. Montreal. França.1991.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da Pesquisa Científica*. UEC. Fortaleza. Brasil. 2002.
- FORQUILHA, Salvador. *Autarquias Locais em Moçambique: Lógica e dinâmicas políticas*. IESE. 2016.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de Pesquisa*. 1ª Edição, UFRGS Editora, Brasil, 2009.
- GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, 6ª Edição, Editora Atlas S.A -2008.
- GOHN, Mária da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HUNTINGTON, S, NELSON, J. M, *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge, Harvard University Press, 1976.
- HUNTINGTON, Samuel. *La tercera ola*. Barcelona: Paidós, 1994
- INE. *Anuário Estatístico 2015*.Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2015.
- INE. *Estatísticas básicas, quanto?* Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2009
- JUNQUEIRA, LAP. *Descentralização e intersectorialdade: um novo modelo de gestão municipal*, Venezuela,1997.
- KULIPOSSA, Fidelx P: *Participação Local e Descentralização em Moçambique: Uma Análise do Quadro Legal e Institucional Para a sua promoção e Implementação*. “Versão Revista (em Fevereiro de 2010) da Comunicação Apresentada no Workshop dos Gestoresde Projectosde Acção Agrária Alemã, Maputo, Abril de 2004.

- LOBO, T. *Descentralização: conceitos, princípios, práticas governamentais*. São Paulo: Autores Associados, 1989.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*; trad. E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, Os Pensadores, 1973.
- MACEDO, Paulo Sérgio Novais de. *Democracia participativa*. S.l: s.n, 2008.
- MANFREDINI, C; LOPES, J.R. *Participação comunitária em projectos de desenvolvimento local: um estudo no bairro de Marins, Piquete/SP*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD,29, Brasília, 2005.
- MARKONI, M; LAKATOS, E. *Metodologia do trabalho científico* São Paulo, 7ª ed, Editora Atlas, S.A: 2007.
- MAXIMIANO, António César Amaru. *Introdução à Administração*. São Paulo: Atlas, 2009.
- McQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*. Tradução Carlos de Jesus, Edição da Fundação Calouste GULBENKIAN, Av. Berna-Lisboa 2003.
- MEDICI, André Cezar. *A dinâmica do gasto social no Brasil nas três esferas do governo: uma análise do período 1980-1992*. Relatório de pesquisa. Projecto: “Balanço e Perspectivas do Federalismo Fiscal no Brasil” Subprojecto: “Canais de Acesso aos Fundos Públicos na Área Social”. São Paulo, IESP, 1994.
- MILBRATH, L.W. *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.
- MOYNIHAN, Donald P. *The Role of Organizations in Fostering Public Service Motivation*. Madison: Public Administration Review, 2007.
- MUNDIAL, Banco: *Desenvolvimento Municipal em Moçambique: as lições da primeira década*, 2009.
- MUSSANE, Yumaina: *Participação dos Municípios no Processo de Tomada de Decisões: Uma Reflexão a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município do Chokwé (2013-2018)*. *Trabalho de Fim de Curso*; Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, 2020.

- NGUENHA, Eduardo J. “*Governança Municipal Democrática em Moçambique: Alguns aspectos importantes para o Desenho e Implementação de Modelos de Orçamento Participativo*”. Comunicação apresentada na II Conferência do IESE, Abril de 2009
- PIZZORNO, A.” *Condizioni della partecipazione politica*”. In Pizzorno, Ale radici della politica assoluta. Milano, Feltrinell, 1966.
- PRESOTO, L. H; &WESTPHAL, M.F. *A participação social na actuação dos conselhos municipais de Bertioga-São Paulo*. Saúde e sociedade. V14, nº1, Abril de 2005.
- PRETTY et al. *Participatory Learning and Action*. International Institute For Enviroment and development, Vol.20. N6. London, 1995.
- PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho académico*. 2ª. Ed. Rio Grande Sul: Universidade de Feevale, 2013.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008
- RABAT, Márcio Nuno. *Representação, Participação Política e Controle social; Instituições, Atores e História*, Estudo Abril de 2010
- ROCHA, Aurélio, *História de Moçambique*. Volume VIII, 2010
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a economia política e do contrato social*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SÁNHEZ, Félix. *Orçamento Participativo: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, B. de S. (org.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SELL, Carlos Eduardo. *Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- REIS, Helena Esser dos. *Tocquevile e a democracia*. In: BARBOSA, Walmir. *Estado e Poder Político*. Goiânia: UCG, 2004.
- SEVERINO, C. *Manual de pesquisa nas Ciências Sociais*. Editora: Atlas S. A. São Paulo. 2007.

- SIMÃO, Feliciano Victorino. *Descentralização e Participação Local em Moçambique: Uma análise das experiências dos Conselhos Locais no Distrito de Magude, 2006-2011*, Tese de Mestrado, Maputo, 2013.
- SOARES, Telmir de Sousa. *Aprendizagem social e participação democrática*. Rio Grande do Norte: Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2006.
- SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento da Comunidade e Participação*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A Democracia na America*. Tradução, prefácio e notas; Neil Ribeiro da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1998.
- VALÁ, Salim C. “*Os imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural*”, *Jornal Domingo*, nº833, Maputo, 1998.
- VAN DETH, J. W. *Studying political participation: towards a theory of everything?* Paper presented at the ECPR Joint Sessions of Workshops, Grenoble, April 6-11th, 2001.
- VERBA, S, NIE, H. *Participation in America-Political Democracy and Social Equality*. Harper & Row Publishers: New York, 1972
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

### Internet

- Disponível em <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>
- Ver Manual de Diagnósticos Locais de Segurança (2010:34), disponível em: [http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/manual\\_diag\\_locais\\_seguranca.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/manual_diag_locais_seguranca.pdf).
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maputo#Geografia/>
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maputo>

### Legislação

- (1990) *Constituição da República de Moçambique*, 4ª edição. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- (2004) *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

- (2018) *Emenda Constitucional da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Diploma Ministerial nº80/2004 de 14 de Maio: Aprova o Regulamento de articulação dos Órgãos das Autarquias Locais com as Autoridades Comunitárias.
- Lei 2/97, de 18 de Fevereiro (Lei Quadro Jurídico Legal para a implementação das Autarquias Locais). *In Boletim da República, I Série, nº7* Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Lei 3/94 de 13 de Setembro: Estabelece o Quadro jurídico e Institucional para a Implantação dos Distritos Municipais. *In Boletim da República, I Série, nº7* Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- CONSELHO DE MINISTROS (2005) Decreto 11/2005, de 10 de Junho: Aprova o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado. *In Boletim da República, Iª Série, nº23*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- CONSELHO DE MINISTROS (2005) Decreto nº15/200, de 20 de Junho: Estabelece as Normas de Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias. *In Boletim da República, I Série, nº23*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- CONSELHO DE MINISTROS (2006) O decreto nº 33/2006, de 30 de Agosto diz respeito a transferência de funções e competências dos entes estatais (centrais e provinciais para os municipais). *In Boletim da República, I Série, nº*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- CONSELHO DE MINISTROS (2016) Decreto 5/2016 que aprova o Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços do Estado. *In Boletim da República, I Série, nº*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

# APÊNDICES

## Apêndice A

### APÊNDICE A: Guião de Entrevista para os Municípios

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Administração Pública

#### GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS MUNICÍPES DO DMKM

Bom dia/Boa tarde, chamo-me **Sheila José Da Costa**, estudante do 4º ano em Licenciatura em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Ciência Política e Administração Pública.

Vim por meio deste, solicitar uma entrevista para levantamento de dados para a elaboração do meu Trabalho de Final de Curso que tem como Tema: *Participação dos Municípios no processo de Tomada de Decisão sobre o Orçamento Participativo: o caso do DMKM (2015-2016)*, de maneira a permitir o culminar do curso

#### I. Identificação dos Entrevistados (Opcional)

1.Nome:

2.Bairro:

3.Período de residência no Bairro

#### II. Sobre a implementação do OP no Bairro de Laulane

4- Já ouviu falar do OP?

5-Como e em que contexto ouviu?

6- Com quem ouviu?

7- O que tem a dizer sobre o OP?

#### III. Grau de Participação sobre o OP

8- Já participou em alguma Edição do OP?

9-Como foi?

10-Participou em quantas Edições do OP?

11-Participou desde as campanhas até a inauguração dos projectos?

12-Tem visto pessoas a sua volta a participarem do processo do OP?

13-Quantas vezes participou?

14-Pode participar novamente?

15- O que de novo cada Edição do OP traz?

#### **IV. Grau de Satisfação dos Múncipes no processo de Tomada de Decisão sobre o OP.**

16- O que achou sobre a sua participação no processo de OP?

17- Um dos projectos que votou viu acontecer e está satisfeito?

18-Quais são os projectos que o Bairro escolheu e viu sendo implementado?

19-Acha que o processo de OP beneficia seu Bairro?

20- O que o DMKV deve melhorar em relação ao processo de participação sobre o OP?

**FIM**

**Muito agradecida pelo tempo e pelas informações disponibilizadas**

## Apêndice B

### APÊNDICE B: Guião de Entrevista para o DMKM

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Administração Pública

#### GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS FUNCIONÁRIOS DO DMKM

Bom dia/Boa tarde, chamo-me **Sheila José Da Costa**, estudante do 4º ano em Licenciatura em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Ciência Política e Administração Pública.

Vim por meio deste, solicitar uma entrevista para levantamento de dados para a elaboração do meu Trabalho de Final de Curso que tem como Tema: *Participação dos Municípios no processo de Tomada de Decisão sobre o Orçamento Participativo: o caso do DMKM (2015-2016)*, de maneira a permitir o culminar do curso

Estimado a senhor a

O presente guião de entrevista surge no contexto de levantamento de dados para a realização do trabalho de fim de curso da estudante Sheila José da Costa do curso de Licenciatura em Administração Pública na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

O Guião de entrevista tem por objectivo colher dados que permitirão analisar a participação dos municípios no processo de tomada de decisão sobre o Orçamento Participativo 2016-2017.

1-Já ouviu falar de participação?

2-Como se manifesta a participação no DMKM?

3- Já ouviu falar de OP?

4- Sabe o que é OP?

5- Como é divulgado o OP aos municípios?

6-Já participou na divulgação, auscultação e implementação do OP?

- 7- Em quantas edições participou?
- 8- O que havia de inovador em cada edição?
- 9- Em que escala os municípios do DMKM participam?
- 10- Nas auscultações quando os municípios se fazem presentes eles expõem aquilo que são seus anseios e necessidades?
- 11-Quais tem sido os projectos prioritários?
- 12- Os municípios participam activamente em todo processo de tomada de decisões sobre o OP?
- 13-Que benefícios o OP traz para o crescimento do município. ?
- 14-Como classifica a Participação dos municípios no processo de tomada de decisão sobre o OP?
- 15- As pessoas que não participam o que alegam?
- 16-Quais os projectos viu realizados no âmbito do OP?
- 17- O processo de eleição dos projectos tem sido transparente?
- 18- O OP deve continuar?
- 19- O que deve melhorar no processo de participação e implementação do OP?
- 20- Que recomendações trazem para a melhoria da participação no DMKM?

**FIM**

**Muito agradecida pelo tempo e pelas informações disponibilizadas**

## Apêndice C

<b>APENDICEC: Guião de Entrevista</b>	
---------------------------------------	--

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Administração Pública

### **GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O SECRETÁRIO DO BAIRRO**

Bom dia/Boa tarde, chamo-me **Sheila José Da Costa**, estudante do 4º ano em Licenciatura em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Ciência Política e Administração Pública.

Vim por meio deste, solicitar uma entrevista para levantamento de dados para a elaboração do meu Trabalho de Final de Curso que tem como Tema: *Participação dos Municípios no processo de Tomada de Decisão sobre o Orçamento Participativo: o caso do DMKM (2015-2016)*, de maneira a permitir o culminar do curso

Estimado a senhor a

O presente guião de entrevista surge no contexto de levantamento de dados para a realização do trabalho de fim de curso da estudante Sheila José da Costa do curso de Licenciatura em Administração Pública na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

O Guião de entrevista tem por objectivo colher dados que permitirão analisar a participação dos municípios no processo de tomada de decisão sobre o Orçamento Participativo 2016-2017.

1-Já ouviu falar de participação?

2-Como se manifesta a participação no DMKM?

3- Já ouviu falar de OP?

4- Sabe o que é OP?

5- Como é divulgado o OP aos municípios?

6-Já participou na divulgação, auscultação e implementação do OP?

7- Em quantas edições participou?

8- O que havia de inovador em cada edição?

9- Os municípios do DMKM participam em que escala?

10- Nas auscultações quando os munícipes se fazem presentes eles expõem aquilo que são seus anseios e necessidades?

11-Quais tem sido os projectos prioritários?

12- Os munícipes participam activamente em todo processo de tomada de decisões sobre o OP?

13-Que benefícios o OP traz para o crescimento do município?

14-Como classifica a Participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre o OP?

15- As pessoas que não participam o que alegam?

16-Quais os projectos viu realizados no âmbito do OP?

17- O processo de eleição dos projectos tem sido transparente?

18- O OP deve continuar?

19- O que deve melhorar no processo de participação e implementação do OP?

20- Que recomendações trazem para a melhoria da participação no DMKM?

**FIM**

**Muito agradecida pelo tempo e pelas informações disponibilizadas**

# ANEXOS



Lançamento da 6ª (Sexta) edição, que terá lugar na Escola Primária Completa Nossa Senhora do Rosario, no Bairro de Laulane OPMT



Grupo 3 Orçamento Participativo de Maputo 2015  
Folha de Presenças

CONSELHO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE MAPUTO  
Distrito Municipal:

Bairro:

Data:

KAMPATOLA 3 FAIPLORE 13.06.2015

Nome	Idade	Sexo
<u>Paulino Felix</u>	<u>26</u>	<u>M</u>
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
<u>MARCANICO</u>	<u>12º Ano de escolaridade Q 59</u>	
Como Soube da Reunião?		
<u>Chefe do Quarteirão</u>		

Nome	Idade	Sexo
<u>Isio Francisco</u>	<u>22</u>	<u>M</u>
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
<u>Estudante</u>	<u>12º Ano</u>	<u>Q 59</u>
Como Soube da Reunião?		
<u>Chefe do Quarteirão</u>		

Nome	Idade	Sexo
<u>Sa G.º M. Gue</u>	<u>22</u>	<u>M</u>
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
<u>Domestico</u>	<u>8º Ano</u>	<u>Q 59</u>
Como Soube da Reunião?		
<u>Chefe do Quarteirão</u>		

Nome	Idade	Sexo
<u>Francisco M. Gue</u>	<u>77</u>	<u>M</u>
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
<u>Domestico</u>	<u>-</u>	<u>Q 59</u>
Como Soube da Reunião?		
<u>Chefe do Quarteirão</u>		



Orçamento Participativo de Maputo 2015  
Folha de Presenças

CONSELHO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE MAPUTO  
Distrito Municipal:

Bairro:

Data:

Nome	Idade	Sexo
Carla S. S. S. S.	58	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Comércio	6.ª Classe	Q 24
Como Soube da Reunião?		
Chefe do Quarteirão		

Nome	Idade	Sexo
M. B. L. L. L.	52	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Doméstico	3.ª Classe	Q 33
Como Soube da Reunião?		
Chefe do Quarteirão		

Nome	Idade	Sexo
Olivia C. C.	50	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Comércio	6.ª Classe	Q 59
Como Soube da Reunião?		
Chefe do Quarteirão		

Nome	Idade	Sexo
Marta J. J.	21	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Doméstico	-	Q 59
Como Soube da Reunião?		
Chefe do Quarteirão		



Orçamento Participativo de Maputo 2015  
Folha de Presenças

CONSELHO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE MAPUTO  
Distrito Municipal:

Bairro:

Data:

Nome	Idade	Sexo
DORA ANTONIO	49	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
-	-	059
Como Soube da Reunião?		
Chego do Quarteirão		

Nome	Idade	Sexo
CRISTINA ABILIO	21	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Promotora de vendas	8.º ano	012
Como Soube da Reunião?		
Chego do Quarteirão		

Nome	Idade	Sexo
FELICIA DOVA	42	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
-	-	059
Como Soube da Reunião?		
Chego do Quarteirão		

Nome	Idade	Sexo
JORNIA CELELA	51	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
-	-	059
Como Soube da Reunião?		
Chego do Quarteirão		



Orçamento Participativo de Maputo 2015  
Folha de Presenças

CONSELHO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE MAPUTO  
Distrito Municipal:

Bairro:

Data:

Nome	Idade	Sexo
Lizra ABIA	42	F
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Doméstica	3º Classe	Q 25
Como Soube da Reunião?		
Chego ao Quarteirão		

Nome	Idade	Sexo
José Felício	60	M
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Handicada	11º Classe	Q 28
Como Soube da Reunião?		
Chego ao Quarteirão		

Nome	Idade	Sexo
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Como Soube da Reunião?		

Nome	Idade	Sexo
Ocupação	Nível académico	Quarteirão
Como Soube da Reunião?		



CONSELHO MUNICIPAL  
MUNICIPIO DE MAPUTO

ACTA DA REUNIAO DE BAIRRO 3 DE FEVEREIRO

1. DADOS GERAIS

Distrito Municipal KaMavota	Data, 13 de Junho de 2015
Bairro 3 de Fevereiro	Horário: 09:30 horas

2. Participantes

DESCRICAO		NUMERO
Total de Participantes		163
Sexo	Homens	97
	Mulheres	66

3. Síntese dos Acontecimentos

Descrição dos acontecimentos

Registou-se também neste Bairro afluência de um número considerável de munícipes do Bairro para auscultação do OP.  
A auscultação começou por se explicar aos munícipes que o orçamento participativo é uma

forma de governação e de participação directa do bairro na identificação das necessidades locais, definição das prioridades, implementação dos projectos assim como na sua monitorização e avaliação. Falou-se também das edições passadas, em que os munícipes é que decidem e escolhem as suas prioridades, isso tudo como forma de integrar na tomada de decisões na escolha do projecto, referentes ao orçamento participativo e como forma de contribuir para a democracia participativa e melhorar a transparência e inclusão. Por fim o processo de votação correu bem, e como prioridade para o Bairro foi escolhido a Construção de Salão de Eventos.

#### Síntese das Propostas.

1. Construção de Salão de Eventos.
2. Construção de um Centro Infantil.
3. Reabilitação do Mercado.
4. Compra de Carteiras.

#### Grupo de Monitoria do Bairro 3 de Fevereiro

Nome	Contacto
Teófilo Cossa	829264650
Suale Sole Kaunga	823636285
Cristina Abilio Zamissa	844341592
Cristina José Machel	849231802

#### Tarefas assegurar pela Administração

Quando aplicável.

#### Tarefas a assegurar pelos participantes

Quando aplicável.

Responsável pela elaboração da acta

Wazir Califa Chaca



Data da elaboração da Acta

Data, 13 de Junho de 2015



CONSELHO MUNICIPAL  
MUNICIPIO DE MAPUTO

Orçamento Participativo de Maputo 2015  
Ficha de Propostas do Grupos

Distrito Municipal:

Bairro:

Nº do grupo: 9<sup>o</sup> G

- Participantes:
- Afonso Felisberto Alimo
  - Jossias Bila
  - Cecilia Isaias granul
  - ~~Fátima~~ Amimido Saanguane
  - Regina sitoe
  - Amastância Amelre
  - Maria sitoe
  - Raíbea sitoe
  - Artur José
  - Alberto José Mondlane
  - Olinda memeadó
  - ~~Olinda memeadó~~ Olinda memeadó

Propostas	Local de implementação	Proponentes	Nº de Votos
1. Salão de encontros	D: 8	Afonso Regina Amastância	3
2. Salão de encontros	D: 8	Maria Raíbea Linda Magosa	3
3. Sala de Reuniões Secretaria do Bairro	D: 8	Artur Alberto	2

Orçamento Participativo de Maputo 2015  
Ficha de Propostas do Grupos

4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			

Assinatura do representante do grupo:

Data:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



CONSELHO MUNICIPAL  
MUNICIPIO DE MAPUTO

Orçamento Participativo de Maputo 2015  
Ficha de Propostas do Grupos

Distrito Municipal:
municipal de Kamavala
Bairro:
3 de fevereiro
Nº do grupo:
109

Participantes:
- Cristina Abilio Zamissa
- Palmira f. moiane
- Elisa Rango
- Judite Fernando mgila
- Teresa miguel
- Guilherme chimene
- Luísa Rafael
- Luísa Francisco
-

Propostas	Local de implementação	Proponentes	Nº de Votos
1. Sala de reuniões e vedação	Perto do círculo Q. 8	Cristina A. Zamissa	7 6
2. Reabilitação do mercado	//	Palmira f. moiane	6 3
3. //	//	Elisa Rango	

Orçamento Participativo de Maputo 2015  
Ficha de Propostas do Grupos

4.	''		
5.	''	Luisa fracisea	
6.	''	Judite f. mazila	
7.	''	Teresa miguel	
8.	''	Guilherme chimene	
9.	''	Lumina rafa	
10.	''	Sandra rafael	
	''		

Assinatura do representante do grupo:

Cristina A. Zamissa

Data:

13.06.15

**II. REPORTAGEM FOTOGRÁFICA**



Figura 1: Placa de obra

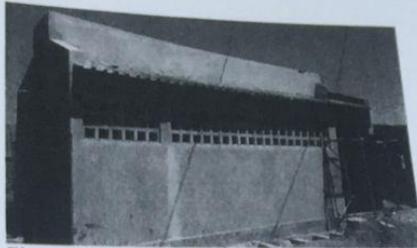


Figura 2: Alçado frontal



Figura 3: Vistas do muro e do sanitário



Figura 4: Sanitário com a fossa séptica



Figura 5: Execução do muro



Figura 6: O muro de vedação

Assinatura

*Marcos Simbe*

O relator

Construção do Sanitário do Mercado Romão

Conselho Municipal de Maputo

*Marcos Simbe*  
24/03/2016

O Técnico  
*Manuel Jumba* 12.05.2016

Manuel Jumba  
Maputo, 12 de Maio de 2016

**9. Levantamento fotográfico**

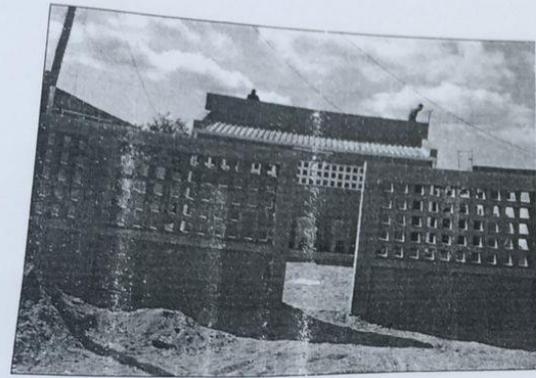


Fig 1. Vista frontal com muro

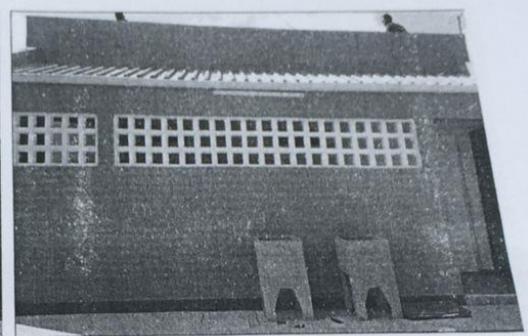


Fig 2. Vista frontal

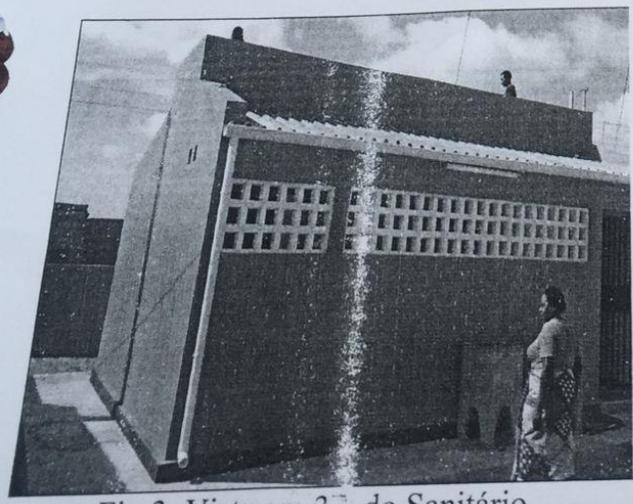


Fig 3. Vista em 3/4 do Sanitário

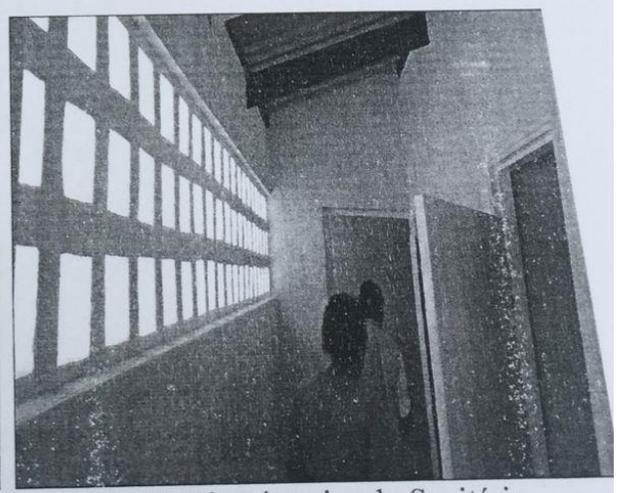


Fig 4. Vista interior do Sanitário

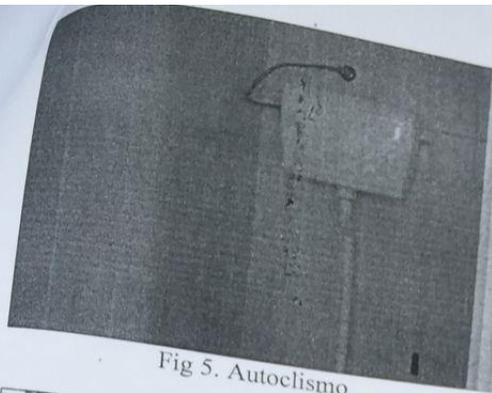


Fig 5. Autoclismo

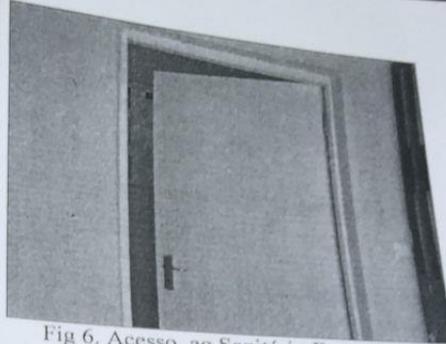


Fig 6. Acesso ao Sanitário Femenino



Fig 7. Vista de Urinol em "inox"

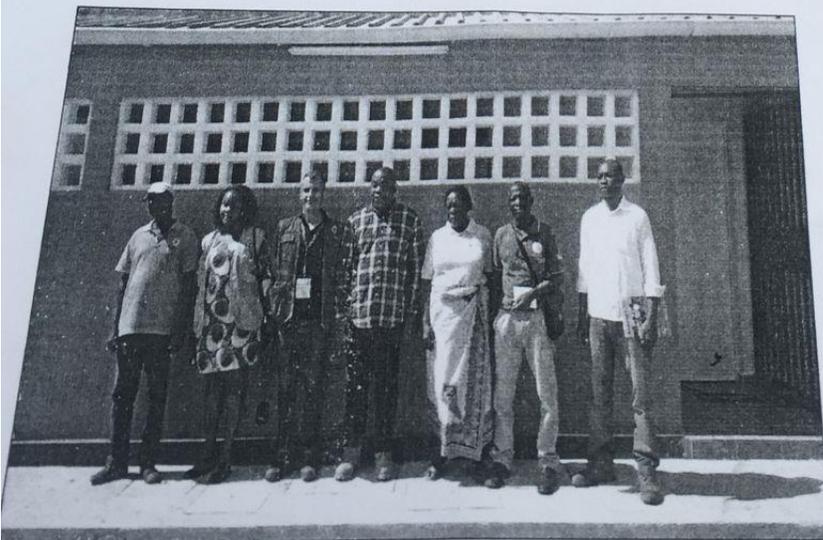
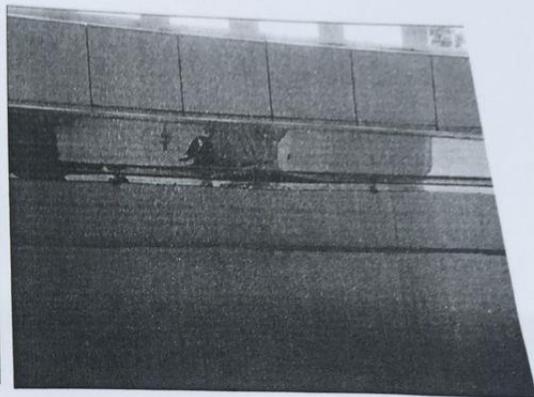


Fig 8. Vista frontal do edifício e da equipa técnica